



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGENS
E SABERES NA AMAZÔNIA

ANA PATRÍCIA REIS DA SILVA

SABER FAZER E PODER FAZER

A Construção Social e Política da RESEX Caeté-Taperaçu



Bragança - Pará
2013

ANA PATRÍCIA REIS DA SILVA

SABER FAZER E PODER FAZER

A Construção Social e Política da RESEX Caeté-Taperaçu

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia na Faculdade de Letras do Campus Universitário de Bragança, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Letras.

Orientador:
Prof. Dr. Andrea Ciacchi

Bragança - Pará
2013

Reis da Silva, Ana Patrícia, 1984-

Saber fazer e poder fazer: a construção social e política da RESEX Caeté-taperaçu / Ana Patrícia Reis da Silva. - 2013.

Orientador: Andrea Ciacchi.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Campus de Bragança, Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia, Bragança, 2013.

1. Áreas de Conservação de Recursos Naturais - (Bragança, PA). 2. Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (Bragança, PA) - Aspectos Sociais. 3. Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (Bragança, PA) - Aspectos Políticos. 4. Pescadores. 5. Poder (Ciências Sociais). I. Título.

CDD 22. ed. 333.72098115

ANA PATRÍCIA REIS DA SILVA

SABER FAZER E PODER FAZER

A Construção Social e Política da Resex Caeté-Taperaçu

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia na Faculdade de Letras do Campus Universitário de Bragança, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Letras pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. Andrea Ciacchi (Presidente)
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Prof.Dr. Pere Petit Peñarrocha
Instituição: Universidade Federal do Pará

Profa. Dra. Raimunda Benedita Cristina Caldas
Instituição: Universidade Federal do Pará

Aprovada em: 09 de agosto de 2013.

Local da Defesa: Sala do ILC - Instituto de Letras e Comunicação, Anexo E.
Universidade Federal do Pará, Campus de Belém.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus que está ao meu lado durante os caminhos por mim escolhidos.

À minha família, em especial, meus pais Rui e Maria, incentivadores da minha vida acadêmica e por repassarem seus valores e princípios fundamentais na conquista de meus objetivos.

A meus avós paternos Edu Nonato (em memória) e Ana Teófilo e maternos Armindo Reis e Raimunda Coutinho, por serem fonte incansável de carinho e apoio.

Aos meus irmãos Rui Maurício e Douglas Tarcísio por serem parceiros.

Às amigas Jisely Monteiro, Carol Figueiredo e Eliana Pereira por entenderem minhas ausências, ouvirem as angústias e me apoiarem quando foi necessário.

Não poderia deixar de registrar as conversas esclarecedoras e inquietantes com meu orientador Prof. Dr. Andrea Ciacchi, agradeço acima de tudo por ter além de um orientador, um parceiro nas discussões e sempre disposto a colaborar.

Aos meus colegas de turma, por tornarem mais leve o apreender.

Aos pescadores artesanais que foram entrevistados e que compartilharam suas memórias e opiniões, profissionais que tem meu respeito e admiração.

Ao meu grande companheiro nas pesquisas, nos trabalhos e na vida, Christóvam Pamplona da Silveira Neto, agradeço pelas reflexões sobre o tema da pesquisa, pela construção das ideias, pelos questionamentos, enfim, por todos os momentos que me engrandecem na vida acadêmica e como ser humano.

“Ou os estudantes se identificam com o destino do seu povo, com ele sofrendo a mesma luta, ou se dissociam do seu povo, e nesse caso, serão aliados daqueles que exploram o povo”.

(Florestan Fernandes)

RESUMO

Neste estudo apresenta-se uma pesquisa sobre a construção social e política da RESEX Caeté-Taperaçu, no nordeste do Pará, analisando os conflitos existentes neste cenário e focalizando as relações de poder e de identificação. Para tanto, fez-se necessário entender como se desenvolveu o movimento de criação das reservas extrativistas no Brasil, bem como a trajetória de criação da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, através do olhar de alguns dos atores sociais envolvidos nesse processo. Observou-se que a RESEX Caeté-Taperaçu é objeto de representações diferentes, que dependem do envolvimento de seus usuários e do espaço em que eles desenvolvem os seus saberes e as suas práticas. Defino a RESEX Caeté-Taperaçu como sendo representada em dois "mundos": o primeiro volta-se para as relações sociais e políticas, internas e externas e manifesta-se no centro administrativo da RESEX, diretamente ligado à Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu - ASSUREMACATA, onde os usuários que o frequentam encontram-se envolvidos em processos administrativos, burocráticos e também políticos. O outro "mundo" é o que se volta para as relações com o espaço natural, com o território e com as práticas de trabalho: nele os usuários não participam das reuniões na sede da ASSUREMACATA e têm uma relação com o meio ambiente diferenciada, uma forma de preservar a natureza através das suas práticas diárias sem utilizar nenhum instrumento de gestão por parte da Associação dos Usuários da RESEX. Estes usuários não se identificam com a forma de organização social de uma reserva extrativista.

Palavras-chave: Reservas extrativistas. Práticas políticas. Práticas de trabalho.

ABSTRACT

This study presents a research on the social and political construction of RESEX of Caeté-Taperaçu in northeastern Pará, analyzing the conflicts in this scenario and focusing on relations of power and identification. To do so, it is necessary to understand how was developed the movement for the creation of extractive reserves in Brazil, as well as the path of creation of the Marine Extractive Reserve Caeté-Taperaçu, through the eyes of some of the actors involved in this process. It was observed that the RESEX Caeté-Taperaçu is object of different representations, which depend on the involvement of its members and the space in which they develop their knowledge and practices. I define RESEX Caeté-Taperaçu as represented in two “worlds”: the first turns to the social and political relations, internal and external, manifest in the administrative center of RESEX directly connected to the Association of members of the Marine Extractive Reserve Caeté-Taperaçu-ASSUREMACATA, where users who attend are involved in administrative, bureaucratic and political processes. The other “world” turns to the relationship with the natural environment, with the territory and work practices: in this, the users do not attend meetings at the headquarters of ASSUREMACATA and have a different relationship with the environment, one way to preserve nature through their daily practices without using any instrument of management by the Association of users of RESEX. These users do not identify with the form of social organization of an extractive reserve.

Keywords: Extractive reserves. Political practices. Work practices.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1	Pescadores artesanais no rancho do Araí	18
2	Distribuição das unidades de conservação pelo território brasileiro	20
	Fonte: Medeiros e Young (2011)	
3	Pescador artesanal e sua família em viagem da pontinha do Bacuriteua ao rancho do Araí	21
4	Tiradores de caranguejo da comunidade do Castelo	23
5	Chico Mendes, ambientalista e líder sindical dos seringalistas	28
6	Rancho: habitações tradicionais utilizadas como apoio durante a pescaria	31
7	Pescador artesanal em atividade cotidiana	37
8	Porto da Comunidade do Castelo	42
9	Embarcações artesanais no porto da Comunidade do Castelo	45
10	Campos Bragantinos	47
11	Manguezal Bragantino	48
12	Pescadores artesanais em momento de descontração no rancho do Araí	50
13	Entrevista feita com usuário da RESEX, morador da comunidade da Pontinha do Bacuriteua	52
14	Pescadores artesanais indo para a despesca do curral	54
15	Igreja da Comunidade do Bacuriteua	58
16	Comunidade do Sítio Grande/Camutá	68
17	Porto da comunidade do Sítio Grande/Camutá	68

18	Entrevista com o Sr. Ciriaco, usuário da RESEX , morador da comunidade do Sítio Grande Camutá	69
19	Miguel Iranildo Azevedo, pescador artesanal, usuário da RESEX e associado da ASSUREMACATA	71
20	Entrevista com Miguel Iranildo Azevedo, pescador artesanal	71
21	Habitação adquirida através do Programa de Assentamentos Rurais do INCRA ...	72
22	Igreja da Comunidade do Caratateua	74
23	Reunião na sede da ASSUREMACATA	90
24	Reunião dos representantes dos comitês	90
25	Criadouro de frango na comunidade do Sítio Grande/Camutá	96
26	Comunidade do Sítio Grande/Camutá	97
27	Filhos de pescadores artesanais no porto da comunidade do Sítio Grande/Camutá	97
28	Usuária da RESEX em seu trabalho cotidiano, comunidade do Sítio Grande/ Camutá	98
29	Pescadora artesanal desenvolvendo trabalho cotidiano, rancho do Araí	99
30	Fogão tradicional feito de madeira e tijolo	100
31	Cozinha tradicional coberta com palha	100
32	Pescador artesanal chegando ao curral	101

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	RESERVAS EXTRATIVISTAS: CONTEXTOS HISTÓRICOS E IMPLICAÇÕES POLÍTICAS	16
2.1	Reservas Extrativistas Marinhas: O desafio dos conhecimentos	30
3	COMPREENDER O TERRITÓRIO: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE A TRAJETÓRIA DE CRIAÇÃO DA RESEX MARINHA DE CAETÉ-TAPERAGU	43
3.1	Procedimentos metodológicos: etnografia e fontes orais	47
3.2	Uma outra dimensão da história: vozes que contam a trajetória de criação da RESEX Caete-Taperaçu	56
4	RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CAETE-TAPERAGU. CONFLITOS, RELAÇÕES DE PODER E REPRESENTAÇÕES	70
4.1	Conflitos e identificações	69
4.2	Dois mundos, um só território	83
4.3	A RESEX do poder e dos papéis	86
4.4	A RESEX do trabalho	92
5	Aspectos Conclusivos	99
6	Referências	101

1 INTRODUÇÃO

Qual a outra forma a não ser dar espaço em nossas teorias do conhecimento para a paixão – e até mesmo o terror e a tortura – se desejamos lidar objetivamente com as pessoas e culturas a quem o imperialismo ocidental transformou em objetivos de uma dominação brutal bem como de uma pesquisa etnográfica?

(JOHANNES FABIAN, 2001: 32)

Início minha escrita com a seguinte reflexão: qual será então o terreno fértil para a minha paixão? Sobre quais pessoas e culturas ela se debruçou? Esta resposta vem de forma tranquila em meu pensamento: a Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu e os seus usuários (pescadores artesanais e as suas famílias), mas deixo claro que esta não foi uma escolha tão fácil assim. Para entender melhor os conflitos existentes neste meu duelo com o tema de minha pesquisa, vale a pena neste momento lembrar um pouco de minha trajetória de vida, desde que me deparei com este cenário.

Como membro fundadora da Cáritas Diocesana de Bragança, organismo da Igreja Católica que cuida de seus trabalhos sociais, envolvi-me com diversos grupos sociais, como catadores(as) de materiais recicláveis, juventude camponesa, agricultores(as) familiares e pescadores(as) artesanais, todos com seus conflitos e crises inerentes à sua categoria. Porém, o trabalho com os pescadores artesanais, iniciado no ano de 2007 e 2007, passou a ser cada vez mais motivo de encantamento e tensão.

O encantamento vinha por parte da sabedoria popular dos pescadores, da sua forma de lidarem com o tempo e o espaço, criando sua própria lógica da vida. Já a tensão era provocada pela percepção das relações de poder presentes nesta área de reserva ambiental e dos relatos que ouvia sobre o conceito de reserva extrativista. Tais questões foram ficando mais evidentes com o tempo, e outras dúvidas foram surgindo, tais como: de que forma se deu o processo de criação da RESEX Caeté-Taperaçu? Como acontece a relação de identificação dos pescadores artesanais com o modelo de reserva extrativista? É possível que este espaço de preservação ambiental não esteja sendo visto como um espaço de transformação social? Essas dúvidas foram se somando a outras quando tive a oportunidade de trabalhar, por dois anos, na assessoria administrativa da ASSUREMACATA- Associação dos Usuários da Reserva

Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, exercitando a observação do espaço de trabalho e também de convivência dos usuários da RESEX Caeté-Taperaçu.

Ao pensar no projeto para a Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia, percebi que esta era a oportunidade de tentar compreender melhor aquelas relações e seu contexto social. Por isso, então, pensar em um projeto que pudesse em um primeiro momento entender como surgem as reservas extrativistas e as relações de poder existentes ali existentes.

No primeiro capítulo, Reservas Extrativistas: contextos históricos e implicações políticas, busco reunir um pouco do histórico de criação das reservas extrativistas no Brasil de onde surgiram as ideias e as práticas desse tipo de unidade de conservação, a formulação original desse conceito, para entender como se iniciou toda essa discussão. Ainda nesse capítulo procuro perceber quem são os personagens dessa história e a quem de fato a criação de reservas extrativistas interessa, já que elas são alvos atuais de muitas críticas, sejam elas ecológicas, econômicas e sociais. Também abordo neste capítulo as questões iniciais que levam à discussão que será melhor abordada mais à frente, no terceiro capítulo: o embate entre o saber científico e os conhecimentos tradicionais, percebendo por meio das pesquisas de campo a participação mais que decisiva de agentes externos: Universidade Federal do Pará- UFPA, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural- EMATER e IBAMA nessa construção.

Não poderia deixar de ressaltar, ainda neste primeiro momento, um debate sobre como os grupos locais que moram nas reservas extrativistas, em vez de se tornarem protagonistas de sua história, voltaram a ser tutelados por outros atores externo e internos que constroem esse cenário.

No segundo capítulo minha tarefa é trazer, por intermédio dos relatos e dos depoimentos de alguns atores sociais, a trajetória de criação da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu com o título “Compreender o território: um estudo etnográfico sobre a trajetória de criação da RESEX marinha Caeté-Taperaçu” tratarei neste momento da pesquisa uma abordagem mais antropológica, lançando mão da etnografia como método. Abordarei ainda neste capítulo algumas tensões vividas por mim no campo de pesquisa, as relações estabelecidas com os entrevistados, exercitando a observação participante, a compreensão dialógica e o respeito às diferenças.

Utilizo também como recurso metodológico as fontes orais, para observar as representações construídas e fazer uma reflexão sobre as questões sociais, ambientais e políticas (participação), que nortearam a criação da RESEX Caeté-Taperaçu no ano de 2005.

Por fim, no terceiro capítulo, procurarei compreender as questões centrais que me inquietaram (identidades e poder) e analisar os conflitos existentes neste cenário de RESEX. Para desenvolver meus argumentos e entender mais as questões sobre identidades conflitos e poder, percebo a RESEX CAETE-TAPERAÇU como sendo representada de formas diferentes e mesmo contrastantes: uma mais administrativa e política, e outra como se fosse “um mundo a parte”, habitada por aqueles usuários que não participam diretamente dos vários processos político-organizativos. Trabalho com a hipótese de que a RESEX é percebida e vivida de diversas formas, engendrando aí, a partir dessas percepções, práticas distintas, ou seja, formas concretas de relação com o espaço natural, o espaço social, o espaço político, o espaço econômico, o espaço dos conflitos, o espaço de reprodução de práticas sociais e políticas oriundas também de fora da Reserva Extrativista. Partindo desse pensamento procurarei entender como convivem essas “duas” RESEX e como esses atores sociais se representam dentro daquele espaço, pois é nesse conjunto de possibilidades de práticas e representações diferentes que se dá a tensão entre “identidades” de que tratarei no terceiro capítulo. Devido ao trabalho social já citado com os pescadores(as) artesanais, e também ao meu tema de pesquisa de mestrado, desde janeiro de 2013, ou seja, em pleno andamento da pesquisa de campo, tornei-me Secretária de Economia e Pesca do município de Bragança. Informo isto para esclarecer que a pesquisa de campo etnográfica, parte essencial desta dissertação, ficou em parte comprometida, pois eu não era mais vista como pesquisadora, e sim como representante do poder público municipal. A consequência disto é que as entrevistas não alcançavam mais seus objetivos principais e estar em campo tornou-se menos “despercebido” que antes.

2 RESERVAS EXTRATIVISTAS: CONTEXTOS HISTÓRICOS E IMPLICAÇÕES POLÍTICAS

Neste capítulo a intenção é discutir os processos de criação das Reservas Extrativistas para abordar posteriormente duas questões de ordem epistemológica que se agitam nesse mundo social, são elas: relação de identificação e relações de poder, temas centrais de desta pesquisa. Iniciarei essa discussão tratando da construção do conceito de reservas extrativistas até sua consolidação como política governamental brasileira. Antes de tudo é preciso abordar o conceito de área protegida, ou unidade de conservação (UC), que surgiu, em 1872, nos Estados Unidos, com a criação do Parque Nacional de Yellowstone, o primeiro parque nacional de manutenção de áreas naturais, em um momento em que se buscava a valorização da manutenção dessas áreas.

Dentro de um contexto marcado por tensões e dúvidas surgiram duas visões de conservação do “mundo natural”, que foram sintetizadas, no começo do século XX, ainda nos Estados Unidos, nas propostas de Gifford Pinchot (engenheiro florestal) e John Muir. Gifford Pinchot, criou o movimento de conservação dos recursos naturais, apregoando o seu uso racional. Ele acreditava que a conservação dos recursos deveria basear-se em três princípios: o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção de desperdício; e o uso dos recursos naturais para o benefício da maioria dos cidadãos. O conservacionismo de Pinchot foi um dos primeiros movimentos teórico-práticos contra o “desenvolvimento a qualquer custo” (DIEGUES, 2008:31).

Contrária a essa ideia surgiu a corrente preservacionista, que podemos descrever como sendo baseada na defesa da reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem. Tem-se a concepção de proteger a natureza contra o desenvolvimento industrial e urbano. Podemos destacar entre vários autores norte-americanos importantes para o preservacionismo a contribuição de Marsh (1801-1882), que escreveu “*Mans and Nature or Physical Geography as Modified by Human Action*” (1864), nesta obra veio a análise dos impactos negativos da civilização sobre o meio ambiente nos Estados Unidos. Segundo Diegues, 2008, p. 32, Marsh afirma que o homem se esqueceu de que a terra lhe foi concedida para usufruto e não para consumo ou degradação.

Embora houvesse conflitos entre os conservacionistas dos recursos naturais, os “desenvolvimentistas” e os preservacionistas puros, a área dos parques nacionais de outras unidades de proteção aumentou consideravelmente nos Estados Unidos. Esse modelo

conservacionista norte-americano se espalhou pelo mundo recriando a dicotomia entre “povos” e “parques”. Essa ideologia se estendeu, sobretudo, para os países do Terceiro Mundo com um efeito devastador sobre as “populações tradicionais” de extrativistas, pescadores e índios que tem uma relação com a natureza analisada pelos primeiros “ideólogos” dos parques nacionais norte-americanos. Sobre o “modelo Yellowstone” Diegues ressalta

É fundamental enfatizar que a transposição do "modelo Yellowstone" de parques sem moradores vindos de países industrializados e de clima temperado para países do Terceiro Mundo, cujas florestas remanescentes foram e continuam sendo, em grande parte, habitadas por populações tradicionais, está na base não só de conflitos insuperáveis, mas de uma visão inadequada de áreas protegidas. Essa inadequação, aliada a outros fatores como: graves conflitos fundiários em muitos países; noção inadequada de fiscalização; corporativismo dos administradores; expansão urbana; profunda crise econômica e a dívida externa de muitos países subdesenvolvidos estão na base do que se define como a "crise da conservação". (DIEGUES, 2008: 23)

O conceito de áreas protegidas foi desenvolvido numa época de forte urbanização, com a intenção de preservar grandes espaços, considerados pela cultura urbana como “vazios”. No Brasil, em 1876, o engenheiro André Rebouças, inspirado na experiência norte-americana, propôs pela primeira vez a criação de parques nacionais. A partir daí houve várias tentativas, com sucessos e insucessos, sendo criados diversos órgãos, decretos, leis e regulamentos sobre o tema.

No Brasil o conceito de área protegida ou Unidade de Conservação surgiu apenas na década de 1930, com a criação do Parque de Itatiaia, no Estado do Rio de Janeiro. Áreas protegidas, hoje, são definidas como áreas de terra e/ou mar especialmente destinadas à proteção e manutenção da diversidade biológica e cultural, oficializadas e geridas por meio de instrumentos legais ou outros meios efetivos (MMA, 2006).

Segundo Peres (2012), a criação dessas áreas foi uma das principais estratégias adotadas para a conservação da natureza, em particular nos países chamados periféricos. A partir dessa decisão o poder público vem adotando medidas legais para garantir a “integridade” desses espaços, mas foi com a lei 9985 de 18 de junho de 2000, que se instituiu, no Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, que estabeleceu as normas e critérios para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação na forma que conhecemos hoje.

Há estimativas que afirmam que as áreas naturais protegidas (APs) já ultrapassam 10% da superfície do globo terrestre, embora em distribuição espacial irregular (West et al., 2006; IUCN, 2008; Bensusan, 2006). Elas estão presentes em quase todos os países, assumindo diferentes interpretações para os mesmos termos usados para designá-las. Segundo West (2006) as APs são construções sociais, culturais, econômicas e políticas, e, enquanto tais, não dizem respeito apenas a âmbitos como os científicos, de proteção de espécies e ecossistemas, e os de oferta e manutenção de serviços ecológicos fundamentais à continuidade da vida na Terra. Embora essas funções sejam fundamentais, as dimensões humanas das APs também devem ser levadas em consideração, pois segundo Mendes (2009) parte de suas categorias se propõe à proteção de grupos sociais locais e de valores culturais e espirituais, embora na prática isso muitas vezes possa não acontecer. É óbvio que mesmo quando os objetivos das APs não incluem os aspectos humanos, elas necessariamente precisam lidar com essa dimensão, que emerge, no mínimo, na forma de uma das variáveis a serem consideradas na governança e/ou nas atividades de manejo, pois em seu interior e/ou no seu entorno há presença de moradores.



Figura 1: Pescadores artesanais no rancho do Araí

Existe, então, uma ampla reflexão que reconhece as APs como geradoras de mudanças, parte delas podendo representar impactos (positivos e/ou negativos), sobretudo, junto aos moradores do interior e do entorno das APs, mas não somente junto a eles, pois indivíduos e grupos que não se encontram em proximidade física e cotidiana com as APs também são influenciados por elas. Embora possam não ser mais diretamente e/ou intensamente impactados pelas áreas de preservação ambiental, é frequente que tais mudanças e impactos gerem conflitos sociais envolvendo atores sociais locais e não locais. Importante ressaltar que os impactos e as mudanças possuem especificidades que se devem às próprias particularidades das APs, dos seus contextos sociais e das características dos próprios grupos afetados (SIGAUD, 1998). Também por isso, a reflexão sobre as APs e seus impactos sociais permeia cada vez mais o meio acadêmico bem como emerge também em leis, programas governamentais, dentre outros. A expansão dessa reflexão correlaciona-se não só à expansão das APs, mas à expansão do ambientalismo como um todo. Este será compreendido aqui como uma perspectiva cultural, isto é, como uma forma de se ver o mundo, a influenciar ações, sem se confinar a culturas específicas, o que faz com que as APs e o ambientalismo sejam interculturais e possuam correlação com o processo de globalização (MILTON, 1996). É uma abordagem que permite compreender o ambientalismo não apenas como movimento social ou uma ideologia, mas como um fenômeno cultural mais amplo, no qual há uma “preocupação com o ambiente a exigir o esforço humano” (MILTON, 1996:33).

Ressalte-se que, no Brasil, as áreas protegidas aqui tratadas são as que passaram a ser denominadas como Unidades de Conservação, a partir da lei 9.985, de 2000 (BARRETO, 2001). O termo “Unidade de Conservação” (UC) é uma invenção brasileira, criado com o intuito de diferenciá-las de outras áreas protegidas existentes no país (BARRETO, 2001), pois, do ponto de vista legal, são empregadas diferentes categorias jurídicas para defini-las. Um exemplo disso é que na Constituição Federal é empregado o termo “espaços territoriais especialmente protegidos”. Segundo a interpretação de alguns autores (PEREIRA e SCARDUA, 2008), o termo engloba as áreas protegidas, incluindo o subconjunto das unidades de conservação, mas vai além das UCs. Se seguirmos esse raciocínio, as áreas protegidas incluem não só as unidades de conservação, mas também outras categorias jurídico-administrativas brasileiras, como as áreas de preservação permanente e as reservas legais, dentre outras, como por exemplo, terras indígenas e áreas quilombolas.

Ao lado da complexidade do que seriam as APs no Brasil, as categorias de UCs brasileiras dividem-se em dois grupos: as “de proteção integral”, nas quais só são permitidos usos indiretos de recursos naturais, e as “de uso sustentável”, nas quais se visa conciliar conservação e uso sustentável dos recursos nelas englobados (art. 7º, Brasil, 2000). O primeiro grupo inclui as categorias de Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre (art. 8º); o segundo, Área de Proteção Ambiental, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular ao Patrimônio Natural (art. 14º, Brasil, 2000). Como cada uma das categorias possui particularidades, é possível antever, em um plano conceitual, isto é, sem considerar os casos empíricos, que os efeitos socioculturais, políticos e econômicos de cada uma delas podem ser bem distintos

As Unidades de Conservação Ambiental constituem porções do território nacional, incluindo as águas territoriais, com características naturais de relevante valor, de domínio público ou propriedade privada, legalmente instituídas pelo poder público, com objetivos e limites definidos e sob regimes especiais de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção (FUNATURA e IBAMA, 1989), para a conservação da natureza, dos processos ecológicos fundamentais e da biodiversidade.

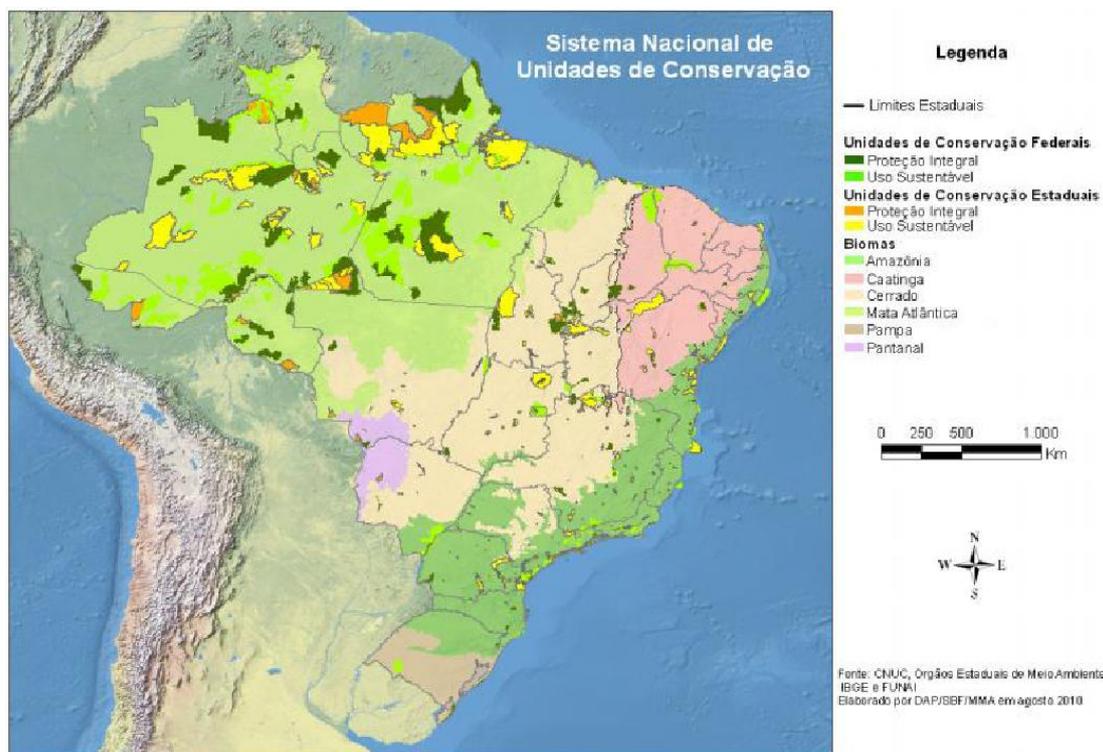


Figura 2: Distribuição das unidades de conservação pelo território brasileiro. Fonte: Medeiros e Young (2011).

Para além das categorias de manejo em si mesmas, no plano empírico, as UCs brasileiras apresentam grande diversidade em termos de graus de implementação, de sua distribuição por bioma e, até mesmo, por unidade administrativa. Diferenças em contextos sócio-históricos de criação, de implementação, existência ou não de sobreposição com territórios indígenas e/ou tradicionais; perfis de gestores, distintas composições e redes de relações sociais e institucionais também são de extrema relevância.

Nesse amplo e diversificado panorama de Unidades de Conservação, nossa atenção se dirige às reservas extrativistas, as quais se encontram nos mais diferentes espaços de debates acadêmicos, políticos e sociais. Desta forma, faz-se pertinente entender, antes de tudo, como surgiu o conceito específico de reserva extrativista.

Esse conceito surgiu da necessidade de se encontrar uma alternativa que promovesse de forma adequada a regularização fundiária dos antigos seringais (áreas de exploração da borracha nativa) na Amazônia e respondesse, ao mesmo tempo, às demandas dos grupos locais por melhores condições de vida. É chave nesse conceito o reconhecimento da existência de populações tradicionais na região, que utilizam a floresta como meio produtivo e a inexistência de alternativas econômicas e sociais para esses grupos sociais. Contrariamente à maioria dos planos governamentais para a região, esta proposta surgiu dos grupos locais da Amazônia.



Figura 3: Pescador artesanal e sua família em viagem da Pontinha do Bacuriteua ao rancho do Araí.

Em um âmbito institucional, a Reserva Extrativista (RESEX) surge, entre fins dos anos 80 e início dos anos 90, como a única modalidade de conservação da legislação ambiental brasileira que prevê, simultaneamente, o uso sustentável dos recursos naturais e a regularização fundiária dos espaços das populações tradicionais. Diante de um modelo de desenvolvimento predatório e concentrador de riquezas adotado pelo Estado brasileiro, desde a década de 70, com base na expansão da pecuária extensiva (e da fazenda agrícola), a Reserva Extrativista origina-se como crítica aos desmatamentos crescentes ocorridos na Amazônia, transformando imensas áreas de florestas, ricas em biodiversidade em campos de pastagens. A perversidade desse modelo reside no fato de que, além de determinar a expulsão dos povos da floresta de seu *habitat* tradicional, a devastação da floresta elimina, em definitivo, plantas medicinais sequer conhecidas ou classificadas, árvores frutíferas com alto teor nutritivo, diversidade de espécies vegetais e animais inexistentes em outros lugares do mundo (IEA, 1988).

A concepção de reserva extrativista surgiu, no final da década de 1980, em decorrência de violentos conflitos sobre legitimidade e regularização fundiária na Amazônia em relação às terras historicamente habitadas por populações tradicionais. O movimento social dos seringueiros, cuja trajetória histórica de ocupação é distinta da das populações tradicionais, denunciou muitas práticas predadoras do ambiente natural (como o desmatamento e especulação fundiária) e de injustiças sociais como assassinatos e expulsão de milhares de pessoas de suas terras (CUNHA, 2001), repercutindo internacionalmente. O destaque recebido pelo movimento dos “povos da floresta”, somado às pressões internacionais, pode ser apontado como fator que contribuiu para a elaboração de muitos estudos sobre esta categoria em áreas florestais (principalmente por envolver regiões de interesse internacional) e para que fosse criado pelo órgão governamental responsável (portaria IBAMA n. 22/92) o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) cuja missão é: “executar políticas de uso sustentável dos recursos naturais, tendo as reservas extrativistas com referência, e por princípio a gestão comunitária” e por prioridade “ampliação da base territorial destinada às unidades de Reservas Extrativistas” (IBAMA, 2001:9). Destinadas a serem áreas de exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais por população extrativista, as reservas extrativistas têm recebido atenção por tratar-se de uma categoria que une preocupações ambientalistas com as prerrogativas de comunidades tradicionais.

Para que se criem reservas extrativistas, além de um laudo biológico, feito para identificar a fauna e flora existente na área, se faz necessário um diagnóstico socioeconômico, desenvolvido para identificar as condições de vida e as demandas da população extrativista, seu modo de vida social econômico e cultural, no que se identifica a tradicionalidade da população na pesca.



Figura 4: Tiradores de caranguejo da comunidade do Castelo.

Analisando os aspectos jurídicos e institucionais, podemos perceber que na ocasião em que o conceito de Reservas Extrativas foi definido pelo movimento dos seringueiros, inexistia na legislação brasileira uma categoria que expressasse o ponto central do conceito: a regularização fundiária de áreas de posse mantendo as bases espaciais e tecnológicas sobre as quais se dava a produção e evitando a degradação dos recursos naturais na Amazônia. Algumas especificidades precisavam ser levadas em consideração para elaborar uma alternativa adequada aos seringueiros.

Um problema que deveria ser levado em conta seria a expressão, no nível conceitual e jurídico, do uso social do espaço na economia extrativista, pois toda economia baseada na coleta de produtos nativos da floresta tropical, especialmente quando ocorre o monoextrativismo, como é o caso clássico da borracha, requer grandes extensões para que a

exploração seja economicamente rentável. Segundo Allegretti (2000), dessa forma a capacidade de suporte populacional da floresta é baixa e não adequada para usos intensivos. No caso das Reservas Extrativistas, em sua formulação preliminar, o que estava em questão era a formulação de um modelo de regularização dos espaços ocupados que tivesse como ponto de partida a base tradicional sobre a qual as principais atividades extrativistas vinham sendo desenvolvidas, no caso, a borracha e a castanha. A exploração tradicional da borracha na Amazônia requer amplas áreas, na medida em que as seringueiras encontram-se espalhadas de forma aleatória na floresta. Mesmo com a introdução de novas tecnologias, como é o caso da produção da “folha fumada”, um produto absorvido diretamente pela indústria de artefatos de borracha, e que aumenta a produtividade do trabalho do extrator, mantém-se a mesma proporção homem/hectare para que a sobrevivência do seringueiro esteja assegurada. É interessante destacar que a própria unidade de medida “hectares” somente foi introduzida na Amazônia com a implantação das fazendas, antes disso a floresta era medida em números de seringueiros, as distâncias em horas de caminhada e os limites entre seringais eram percebidos e traçados através dos rios e igarapés.

Acompanhamos atualmente as destruições causadas pelo homem ao meio ambiente, seja no crescimento desordenado das cidades, na poluição do ar que ocorre por conta das grandes indústrias ou mesmo pelos veículos. O desenvolvimento é necessário, contudo precisa-se atender às necessidades atuais sem comprometer o que virá no futuro.

Na década de 1970 o crescimento econômico desenfreado estava no centro das preocupações dos ecologistas. Segundo Escobar (1995), na década seguinte a irracionalidade no uso dos recursos naturais e a falta de consciência ambiental foram associadas aos “pobres”. Os países poluidores do primeiro mundo financiam programas de reflorestamento no sul do planeta sob a alegação de uso irracional da natureza que ainda resta, entretanto mantêm o direito de continuar produzindo e poluindo em um ambiente não natural. Assim a riqueza econômica mantém-se em circulação no norte e a pequena parcela que vai para o sul funciona para que os pobres cuidem de seus espaços como se fossem os jardins dos países do norte.

Essa discussão é melhor debatida por Stuart Kirsh (2004), que chamou atenção para o processo de criação de valor monetário para o carbono armazenado nas árvores e no solo. É este valor que é pago pelo direito de continuar poluindo a atmosfera, com quantidades equivalentes de carbono.

Outro aspecto que merece ser comentado é que o conceito de desenvolvimento sustentável visaria reconciliar crescimento e natureza. Segundo Lobão (2012) o

desenvolvimento sustentável, em contraste com o meio ambiente, não só possui uma definição, mas também um momento de autoria: a publicação do Relatório Brundtland, “Nosso Futuro Comum”, sendo assim definido como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades (da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1988: 46).

Apesar dessa definição, o tema é ainda bastante complexo em toda sua discussão, pois o desenvolvimento sustentável é também um campo de disputas ideológicas, políticas, econômicas e técnicas. (RIBEIRO, 2004:15). Entretanto, para o Relatório Brundtland o que deve ser sustentado é o crescimento do mercado capitalista global e não a natureza, além do mais, como a pobreza é tanto causa quanto consequência dos problemas ambientais, a eliminação da pobreza passa por um novo tipo de “gestão na natureza que se torna uma panaceia para todos os males (ESCOBAR, 1995: 196). Este relatório indica um novo sentido para o “ambiente”, ele está subordinado às visões do mundo urbano e capitalista. E, por fim, a sustentabilidade é entendida como a satisfação das necessidades do presente, para que isto aconteça as necessidades das gerações futuras também devem ser satisfeitas, aqui é o futuro que condiciona o presente, o passado não importa. As histórias e as culturas locais não importam. Para Lobão (2012), é neste momento que entra em cena um personagem principal para o desenvolvimento sustentável: o cientista ambiental. Aquele que irá atestar quais práticas do presente são sustentáveis em termos de necessidades das gerações futuras.

Lobão (2012) diz que a sustentabilidade depende dos elementos sociais diretamente ligados a ela. São processos econômicos, que envolvem questões de níveis e tipos de produção, consumo e distribuição de riquezas e bens. São processos sociais que estão ligados a fatores demográficos, estilos de vida, divisão sexual do trabalho, hierarquias sociais e sistemas de valores que enfatizam, particularmente, os sentimentos voltados para a busca de igualdade. São movimentos de participação política nas questões de governo, e a capacidade das instituições políticas de assimilarem as mudanças promovidas (BECKER et al., 1997). No campo analítico, sustentabilidade e não-sustentabilidade aparecem como um sistema que deve ser identificado em contextos específicos de tempo e espaço. A passagem de uma condição não sustentável para uma condição sustentável é um processo de mudança social ampla, que deve ser dirigido de fora para alcançar seus efeitos. Já no campo cultural, a sustentabilidade significa que as mudanças ocorrem em um sistema equilibrado entre tradição e inovação. Que há uma combinação entre a “capacidade de autonomia para a elaboração de um projeto

nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas)” e uma confiança na abertura para o mundo (SACHS, 2002).

Ainda que inicialmente o extrativismo como conceito não seja sinônimo de sustentabilidade, e sim de extração de produtos naturais (seja de origem mineral, vegetal e/ou animal) e da concepção de apropriação social de um dado recurso para manutenção de um modo de vida de uma população extrativista (DIEGUES, 1999). Nas duas últimas décadas, a subsistência das populações que ocupam as RESEX começou a ficar seriamente comprometida. Conflitos territoriais, exploração desordenada dos recursos naturais e a constatação por populações extrativistas da diminuição dos recursos explorados têm resultado em mobilizações sociais significativas, como a reivindicação da transformação de espaços de uso comum em Reservas Extrativistas (CHAMY, 2002).

Na lei do SNUC, o uso sustentável é definido como correspondente à exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável (artigo 2º, inciso XI). As ideias do desenvolvimento sustentável podem ser desdobradas a partir de quatro premissas:

- Compatibilidade entre as metas sociais, econômicas e ambientais em todos os níveis;
- Igualdade e justiça social como a meta primordial;
- Reconhecimento da diversidade cultural e do multiculturalismo; e
- Esforço no sentido da preservação da biodiversidade.

O desenvolvimento de políticas visando à equidade e justiça social, que buscam compatibilidade entre as metas sociais, econômicas e ambientais e o processo de ampliação da participação democrática, fica subsumido na busca pela preservação da biodiversidade. O que era esforço assume o lugar da razão de ser da política. E ao retirar da natureza seu próprio poder de agência, o Desenvolvimento sustentável torna-se mais antropocêntrico do que nunca, pois é o saber científico o senhor da natureza. (LOBÃO, 2012:240).

Historicamente, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável sucederam as Reservas Extrativistas, cujo conceito foi plantado em solos amazônicos por seringueiros que lutavam

contra os desmatamentos promovidos por grandes empreendimentos e buscavam a manutenção de seu modo de vida dependente do extrativismo de diversos recursos florestais. Para LOBÃO (2010), o enquadramento das Reservas Extrativistas enquanto Unidades de Conservação de Uso Sustentável significa um equívoco, pois a passagem de uma luta de classe e pelos direitos de uma classe para a de uma política de conservação ambiental foi uma postura tática diante de uma determinada conjuntura que, no decorrer dos anos, passou por uma mudança radical. Para entender melhor essa mudança radical na luta pelos direitos dos seringueiros para uma política de conservação ambiental é necessário voltar a ao início da história de luta dos seringueiros no estado do Acre, pois para introduzirmos um debate sobre a criação de reservas extrativistas não podemos iniciar sem abordar um conflito muito forte ligado à extração da borracha, no século passado. Desde que começou a ocupação das terras brasileiras a borracha aparece como produto estratégico para alimentar as guerras que ocorriam no mundo, na época. O movimento dos seringueiros do Acre buscou ampliar sua base de ação inclusive pela via parlamentar. Chico Mendes, uma liderança acreana com inserção nacional e reconhecimento internacional, foi vereador na cidade de Xapuri eleito pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e, em seguida, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT). O Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) foi o caminho que os seringueiros utilizaram para articular sua visibilidade nacional.

O discurso dos seringueiros do Acre, na década de 1980, defendia a parceria de entre as suas atividades e a conservação da floresta. Apesar de participarem da vida da Floresta Amazônica, de sua exploração, manutenção e reprodução, não se consideravam “senhores” da floresta. Seus saberes eram sustentáveis porque faziam parte do ritmo natural da vida local. A grande questão era a passagem de uma produção sustentável para uma condição de sustentabilidade econômica.

Nos anos de 1980, começa a grande discussão sobre o modelo de reforma agrária proposto para a Amazônia. Nesta discussão, o papel da liderança de Chico Mendes foi extremamente importante, com intensas lutas locais e projeção internacional para a questão dos seringueiros. Tanto que sua morte ocorrida em 22 de dezembro de 1988 está ligada ao sucesso do ambientalista e a interrupção do financiamento do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) para o prolongamento da BR 364, porém segundo o antropólogo Ronaldo Lobão (2010), os assassinatos constituem o cenário local de luta de Chico Mendes:

Entretanto, engenhosamente, o cenário do crime, os assassinatos fazem parte da luta local de Chico Mendes em defesa dos seringueiros, da colocação onde nascera e da disputa pelo direito a uma vida digna na floresta. Quem morreu assassinado no dia 22 de dezembro de 1988 em Xapuri não foi o ambientalista internacional, foi o militante de esquerda, o sindicalista o seringueiro (...) (LOBÃO, 2010:38)



Figura 5: Chico Mendes, ambientalista e líder sindical dos seringalistas.

Fonte: www.icmbio.gov.br

Em 1989, ano seguinte a morte de Chico Mendes, o movimento nacional de seringueiros logrou avançar e as reservas extrativistas foram incorporadas à Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Outro elemento que deve ser citado é o processo de ocupação da Amazônia e, dentro desse, a importância do modelo indígena para a formação do conceito de reserva extrativista, desde o momento em que foi idealizado, até quando foi formulado em decreto e transformado em política pública. Antes de chegar a exploração do homem branco na Amazônia a população indígena já a ocupava e ela detinha um modelo de organização, identificado pelas aldeias e pelas suas moradias.

De outro modo, além de uma reação aos desmatamentos, as Reservas Extrativistas surgem em contraposição aos projetos de colonização instituídos na região, fundados na atividade agrícola, visando assentar as populações regionais (e do sul do Brasil) em módulos geométricos que cortam ou retalham a floresta em pequenos lotes individuais, rompendo com a territorialidade tradicional dos povos da floresta, com seus ciclos naturais e produtivos, e provocando esgotamento dos solos. Os componentes para a definição de uma nova alternativa

econômica de uso da terra e uma nova modalidade de gestão dos recursos naturais já estavam presentes nas soluções anteriores: a permanência na floresta, o reconhecimento dos direitos de posse e a demanda por melhores condições de vida. Não estavam, porém resolvidas a modalidade de uso e a forma de gestão que mais se adequassem à tradição e especialidade dos seringueiros. Segundo Allegretti (1994), essa alternativa foi elaborada a partir do momento em que os próprios seringueiros começaram a se organizar em um movimento próprio, em 1985, por ocasião do Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia. Foram definidos, então como objetivos principais do movimento a permanência da floresta, a realização de uma reforma agrária que respeitasse o modo tradicional de vida, a introdução de tecnologias novas para melhorar a produção e a implantação de um sistema educacional e de saúde adequado às necessidades das comunidades.

Esse conjunto de demandas passou a ser denominada de Reserva Extrativista, ou seja, a regularização das áreas tradicionalmente habitadas e a introdução de inovações no campo econômico e social que permitissem a modernização da produção e do estilo de vida. A partir da organização do movimento em vários estados da Amazônia, a proposta passou a adquirir conotações específicas conforme a tradição histórica local e característica dos recursos naturais em exploração. (ALLEGRETTI, 1994:24)

Em meio a todas as críticas feitas aos modelos de unidades de conservação ambiental, é preciso observar os efeitos imediatos da criação de Reservas Extrativistas. O primeiro deles é o de reconhecer os direitos históricos dos seringueiros sobre as áreas tradicionalmente ocupadas e protegidas de florestas, além de fixar a população na floresta, na medida em que a estabilidade nas reservas fica assegurada, e o êxodo para as cidades torna-se um atrativo menor.

A criação das reservas estabelece um equilíbrio maior entre os segmentos sociais em conflito pela posse da terra na Amazônia, na medida em que, com o Decreto 98.897/90, os extrativistas podem requisitar proteção legal contra ameaças de expulsão, violência ou desrespeito aos critérios de uso de recursos. E, por último, permite a implantação de programas visando à melhoria das condições de vida dentro da floresta, na medida em que a

regularização fundiária constitui importante pré-requisito para os programas sociais mais abrangentes de apoio econômico à produção, tecnologia e serviços públicos básicos.

Ao criar uma RESEX, o Estado retira os habitantes da condição de posseiros e dá a eles o direito ao usufruto da terra e de seus recursos, com o discurso de proteger os meios de vida e as práticas culturais e sociais das populações extrativistas. Seus direitos passam a ser garantidos por lei. Diante disso, a necessidade de se enfrentar problemas ocasionados pela entrada em vigor de legislação ambiental restritiva, conflitos imobiliários, exploração desordenada dos recursos naturais, e pela constatação por populações extrativistas da diminuição desses recursos tem resultado em mobilizações sociais significativas, como a reivindicação da transformação de espaços de uso comum em reservas extrativistas.

2.1 Reservas Extrativistas Marinhas: o desafio dos conhecimentos

A necessidade de proteger seus territórios, tão ameaçados pelos processos crescentes de urbanização, de especulação imobiliária, de turismo e pelas pressões da pesca industrial, pode ter contribuído para o pescador artesanal buscar na Reserva Extrativista Marinha uma modalidade de proteção socioambiental, que assegure seus direitos históricos de acesso ao mar e aos recursos pesqueiros numa relação de equilíbrio com os ecossistemas com os quais convive. As Reservas Extrativistas surgem também da necessidade de tentar minimizar conflitos originados pela disputa na utilização dos recursos naturais, bem como, viabilizar e proporcionar o seu uso sustentável. Para isso, as RESEXs têm como proposta a participação popular e a organização social como elementos indispensáveis para o sucesso do projeto.

A instituição das Reservas Extrativistas Marinhas (REM) pelo poder público veio como subcategoria das reservas extrativistas e estão abrangidas pela definição do artigo 18 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (lei n. 9985 de 18/06/2000), que as define como

Área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.



Figura 6: Rancho: habitações tradicionais utilizadas como apoio durante a pescaria.

As reservas são criadas com o intuito de garantir e delimitar territórios marinhos como propriedade exclusiva de grupos específicos que não gozavam de legitimidade perante as instâncias legais, reconhecendo o direito consuetudinário desses grupos sobre territórios marinhos (onde se incluem territórios fronteiros entre terra e mar como mangues e estuários), sobre as formas de arranjos e representações simbólicas de tradição pesqueira secular e excluem os não comunitários do aproveitamento dos recursos do mar nas áreas delimitadas (CHAMY, 2004: 2)

Talvez como uma tentativa de demonstrar o interesse pelas questões ambientais que penetrou o espaço político e social e de promover o diálogo entre as ciências e outras formas de aquisição do conhecimento é fundamental, para a obtenção de alternativas, a criação de estratégias que permitam o desenvolvimento racional, harmônico e democrático, a fim de viabilizar a sustentabilidade da sociedade e do meio ambiente do qual ela faz parte. (CHAMY, 2004:3)

O litoral brasileiro constitui um cenário no qual mudanças diversas têm ocorrido com o passar dos anos, e onde existem grupos humanos vivendo a partir de práticas extrativistas, que interagem com os ambientes em que vivem tanto socioculturalmente como economicamente, pois desenvolveram estratégias para garantir a manutenção dos espaços

tradicionalmente ocupados, bem como viver da exploração, e em alguns casos, do manejo tradicional dos recursos encontrados em seus ambientes de origem.

Na Amazônia, as propostas de criação de Reservas Extrativistas Marinhas surgiram a partir de conflitos entre caranguejeiros, como exemplo podemos citar os municípios de Soure, São Caetano de Odivelas e Vigia, isso porque a coleta do caranguejo, que é uma das mais importantes fontes de renda nesses municípios, tem se intensificado, ocasionando uma escassez da espécie.

Atualmente verifica-se um aumento significativo do número de pedidos para a criação de Reservas Extrativistas Marinhas no Brasil, o que pode ser um indício de fortalecimento e amadurecimento das estruturas de organização e mobilização social de uma parcela populacional marginalizada na defesa de seus direitos tradicionais. Cabe ressaltar, no entanto, que nas reservas extrativistas marinhas, os locais de moradia e as áreas de exploração de outros recursos não são incluídos, o que pode levar a conflitos nas áreas do entorno, enfraquecimento na manutenção das atividades das populações e exclusão por setores economicamente mais fortes como o turismo e a especulação imobiliária. Além dos conflitos citados acima, as RESEX marinhas também trazem em sua trajetória debates importantes no que diz respeito à forma como seus saberes são “incorporados” em um Plano de Manejo que tem por obrigatoriedade ser validado também por uma instituição governamental, ou seja, são saberes submetidos a um Plano de Manejo que está fundamentando no saber científico, tornando o conhecimento tradicional um acessório. Esse conflito, abordado neste momento da pesquisa, será mais bem aprofundado no terceiro capítulo

A regulamentação em vigor até 2000, definia que esse uso estaria disciplinado em um instrumento “administrativo” (IBAMA, 1999^a), um Plano de Utilização. Fundado em um “saber local”, incorporando “sensibilidades jurídicas” particulares, este seria um “regulamento feito e aprovado pelos próprios moradores (que teria) mais possibilidades de ser respeitado do que algo trazido de fora”. (LOBÃO, 2010:24)

Nas últimas décadas o debate sobre o conhecimento se ampliou, permitindo novos olhares sobre as formas de conhecimento em diversos espaços. Em seu texto “Do conhecimento universitário ao conhecimento pluriversitário” Boaventura de Souza Santos,

trata sobre o fato de o conhecimento universitário produzido nas instituições separadas das universidades, mas que também tinham o mesmo *ethos* universitário, produzirem um conhecimento que se torna predominante.

É um conhecimento homogêneo e organizacionalmente hierárquico na medida em que agentes que participam na sua produção partilham os mesmos objetivos de produção de conhecimento, têm a mesma formação e a mesma cultura científica e fazem-no segundo hierarquias organizacionais bem definidas. (SANTOS, 2004:1).

O conhecimento científico tem se afirmado como uma verdade absoluta. Essa pretensão da universalidade da ciência talvez seja herdeira das ideias medievais de uma ciência cuja missão era revelar o plano divino. Desde o século XVII, com a afirmação da ciência moderna, ela foi deliberadamente construída como única, através de protocolos de pesquisa acordados por uma comunidade. A ciência se constitui por uma série de práticas e estas certamente não se dão em um vácuo político e social. O antropólogo Claude Lévi-Strauss, afirma, em seu livro “O Pensamento Selvagem”, de 1962, que saber tradicional e conhecimento científico repousam ambos sobre as mesmas operações lógicas e, mais, respondem ao mesmo apetite de saber. De onde vêm então as diferenças patentes nos seus resultados? As diferenças, afirma Lévi-Strauss, provêm dos níveis estratégicos distintos a que se aplicam. O conhecimento tradicional opera com unidades perceptuais, opera com as assim chamadas qualidades segundas, coisas como cheiros, cores, sabores. No conhecimento científico, em contraste, acabaram por imperar definitivamente unidades conceituais. A ciência moderna hegemônica usa conceitos, a ciência tradicional usa percepções. É a lógica do conceito em contraste com a lógica das qualidades sensíveis. “Enquanto a primeira levou a grandes conquistas tecnológicas e científicas, a lógica das percepções, do sensível, também levou, afirma Lévi-Strauss, às descobertas e invenções notáveis e a associações cujo fundamento ainda talvez não entendamos completamente. Lévi-Strauss, portanto, sem nunca negar o sucesso da ciência ocidental, sugere que esse outro tipo de ciência, a tradicional, seja capaz de perceber e como que antecipar descobertas da ciência, a ‘oficial’.” (CUNHA, 2012: 03).

O filósofo Jürgen Habermas apresenta algumas possíveis soluções para os limites e os problemas gerados pelo conhecimento científico na modernidade propondo “uma nova ciência alternativa” que

em vez de tratar a natureza como objeto passivo de uma possível manipulação técnica, podemos dirigir-nos a ela como a um parceiro numa possível interação. Em vez da natureza explorada podemos ir em busca da natureza fraterna. Ao nível de uma intersubjetividade ainda incompleta, podemos atribuir a subjetividade aos animais, às plantas e até mesmo às pedras e comunicar-nos com a natureza, em vez de nos limitarmos a trabalhá-la, quebrando a comunicação. E a ideia de que uma subjetividade da natureza ainda agrilhoadada não possa emergir antes de que a comunicação entre os homens se torne livre, essa ideia – e isso é o mínimo que dela se pode dizer – continua a ter uma força de atração toda especial. Só se os homens pudessem se comunicar sem coação e se cada homem pudesse reconhecer-se no outro, só então a espécie humana poderia eventualmente reconhecer a natureza como um outro sujeito – não a natureza como um seu outro, como pretendia o idealismo, mas a si mesma como sendo o outro desse sujeito. (HABERMAS, 1975: 308).

Para nos contrapormos à concepção dominante de ciência devemos considerar que não é possível ser um agente humano sem o contato com outros seres humanos com os quais construímos nossas identidades individuais e coletivas e nossas formas práticas de vida.

Diegues (2000) também traz em suas discussões uma crítica à instituição de políticas públicas e de sistemas de manejo que são frequentemente baseados em dados biológicos incompletos, trazendo, pois, consequências negativas para a pesca. Um confronto entre os saberes é, então, instaurado, contrapondo o científico moderno ao tradicional, ao invés de uma colaboração frutífera. A questão do poder que busca sua legitimação no saber científico está, sem dúvida, na base desse conflito, sendo utilizado pelo governo para justificar grande parte de suas intervenções em áreas social e ambientalmente mais frágeis.

As Reservas Extrativistas foram o resultado de processos de disputas centrados nos direitos de grupos sociais concretos (LOBÃO, 2010). Tais grupos sociais teriam desenvolvido relações afetivas com o lugar em que vivem, entretanto o SNUC veio confirmar que o saber local ficou subordinado ao conhecimento científico e aos paradigmas do desenvolvimento sustentável. Os lugares viraram “meio ambiente”.

Como resultado, o controle mudou de mãos. Os grupos locais, em vez de se autonomizarem, livrando-se de patrões e capatazes, voltaram a ser tutelados, pelos cientistas, pelos técnicos do governo, dentre outros. Atualmente os atores que constroem esse cenário são outros, são aqueles capazes de manipular o tempo, a história e o espaço. Atualmente

percebemos as demandas socioambientais próprias dos seringueiros incorporadas pelos órgãos estatais, transformadas em políticas públicas, com o apoio de assessorias especializadas. Estes exemplos também podem ser trazidos no conhecimento ictiológico dos pescadores, dentre outros. Este tema será retomado e aprofundando mais à frente, no terceiro capítulo.

Em outros termos, propusemo-nos a levar em conta, no âmbito dessa discussão, as ideias de Diegues (2000) sobre o conjunto de saberes que as populações pesqueiras detêm no trato com a natureza, designados etnoconservação. Atualizando essas ideias, o autor acentua sua crítica ao modelo dominante de conservação do mundo natural, que abstrai a participação ativa das populações tradicionais, não reconhecendo sua contribuição secular ou mesmo milenar para a reprodução das dinâmicas do ecossistema.

Para pensarmos melhor sobre essa forma de exercer o poder de “tutelar o outro” podemos retomar uma discussão feita por Michael Foucault na qual podemos observar a predominância do discurso verdadeiro sobre o discurso falso.

Em “A Ordem do Discurso” Foucault traz a separação entre o verdadeiro e o falso, nos permitindo entender como historicamente a “vontade do saber” apoia-se sobre um suporte institucional, ou seja, é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagoga (como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje) (FOUCAULT, 1970:17).

Segundo Foucault, se nos situamos no nível de proposição, no interior de um discurso, a separação entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta. Porém se nos situamos em uma outra escala, se levantamos a questão de saber qual foi, qual é constantemente, através de nossos discursos, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história, ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se.

No século VI, na expressão dos poetas gregos, o discurso verdadeiro, no sentido forte do termo - pelo qual se tinha respeito e terror, aquele ao qual era preciso submeter-se, porque ele reinava - era o discurso pronunciado por quem de direito e conforme ritual requerido; era o discurso que pronunciava a justiça e atribuía a cada qual sua parte. Um século mais tarde, a verdade era o discurso, ou no que ele fazia, mas residia no que ele dizia: chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio

enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação e sua referência (FOUCAULT, 1970:15)

Essa divisão histórica se deu, sem dúvida e de forma geral, vinculada à nossa vontade de saber, mas não cessou, contudo, de se deslocar “As grandes mutações científicas podem talvez ser lidas, às vezes, como consequências de uma descoberta, mas podem também ser lidas como a aparição de novas formas na vontade de verdade. (FOUCAULT, 1970:16)

Foucault acreditava que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos, sempre relacionando diretamente com nossa sociedade, uma espécie de pressão e como que um poder de coerção. Um exemplo disso é, a maneira como a literatura ocidental teve de buscar apoio, durante séculos, no natural, no verossímil, na sinceridade, na ciência também, enfim, no discurso verdadeiro.

Quando relacionamos essa discussão com o controle aos quais os grupos locais (pescadores artesanais) estão “expostos”, seja na “invisibilidade” de seus saberes dentro do plano de manejo ou na obrigatoriedade de lidar com outra forma de manejo diferente da sua, confirmamos a ideia de Foucault quando diz que o discurso verdadeiro não é mais aquele que responde ao desejo ou aquele que exerce o poder na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo é o desejo e o poder.

O discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade, que o atravessa; a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascará-la. (FOUCAULT, 1970: 20).

As visões que norteiam a implementação das Reservas Extrativistas no Brasil, obedecem a uma lógica institucional que visa em primeiro plano à conservação da natureza na concepção desenvolvimentista-econômica. Segundo Peres (2011), a participação das populações tradicionais e de seus saberes é pouco evidenciada, isto porque essas unidades de conservação continuam sendo implantadas sob decisões previamente estabelecidas e normatizadas pelo IBAMA. Algumas Unidades de Conservação, regulamentadas pelo SNUC como Unidades de Uso Sustentável, abrigam populações tradicionais que, em muitos casos,

pelo distanciamento dos centros urbanos, têm preservado técnicas e conhecimentos milenares repassados de geração em geração desde os primeiros habitantes locais. As Áreas de Proteção Ambiental (APAS), as Reservas Extrativas (RESEX), as Florestas Nacionais (Flonas) e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável constituem exemplos de Unidades de Conservação que mantêm não apenas uma rica diversidade biológica, mas também diversidade cultural

O meio ambiente local fornece boa parte da matéria-prima para a produção dos bens culturais. Assim, madeira, argila, sementes e casca de frutos, penas, couro e dentes de animais, se transformam em barcos, artefatos de cerâmica, bijuterias, instrumentos musicais e/ou rituais. Dessa forma, a natureza tanto influencia o modo de vida do homem e sua dinâmica cultural quanto é influenciada pelo mesmo. (IPHAN,2004:05)

Conforme nos mostra Diegues:

Essas comunidades tradicionais têm também uma representação simbólica desse espaço que lhes fornece os meios de subsistência, os meios de trabalho e produção e os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais, isto é, que compõem a estrutura de uma sociedade (2002: 67).



Figura 7: Pescador artesanal em atividade cotidiana.

Na maioria dos casos, as chamadas populações tradicionais encontram-se vivendo em ecossistemas tidos até agora como “marginais” (mangues, restingas, florestas tropicais), além de não terem títulos de propriedade da terra. Esse fato, muito comum nos países subdesenvolvidos, torna-as passíveis de desapropriação fácil, sem terem compensação real pela terra que habitam há gerações. Os proprietários de grandes áreas, que frequentemente usurparam os direitos dos moradores tradicionais por apresentarem os títulos de propriedade, são compensados satisfatoriamente e, muitas vezes, lucram com a desapropriação. As formas de incorporar os moradores tradicionais no planejamento e implantação das unidades de conservação, na maioria das vezes, visam simplesmente minimizar os conflitos potenciais ou existentes e não realmente oferecer alternativas viáveis de subsistência às populações que vivem nos parques

Quando a presença dessas populações é "tolerada", as limitações ao uso tradicional dos recursos naturais são de tal monta que os moradores não têm outra alternativa senão migrar "voluntariamente", engrossando o número de favelados e desempregados das áreas urbanas. A expulsão dos moradores tradicionais começou a ser contestada a partir dos anos 1960 e 1970, com mudanças de percepções e atitudes, pelas grandes organizações ambientalistas internacionais, como a UICN (União Internacional para a Conservação), no que diz respeito à contribuição das populações tradicionais para a conservação. (DIEGUES, 1996:36)

Segundo Manuela Carneiro da Cunha, antropóloga, o emprego do termo "populações tradicionais" é propositalmente abrangente. Contudo, essa abrangência não deve ser comprada com confusão conceitual. Definir as populações tradicionais pela adesão à tradição seria contraditório em relação aos conhecimentos antropológicos atuais. Defini-las como populações que têm baixo impacto sobre o ambiente, para depois afirmar que são ecologicamente sustentáveis, seria mera tautologia

Se as definirmos como populações que estão fora da esfera do mercado, será difícil encontrá-las hoje em dia. Nos textos acadêmicos e jurídicos descrevem-se em geral as categorias por meio das propriedades ou características dos elementos que as constituem. Mas as categorias sociais também podem ser descritas "em extensão" – isto é, pela simples numeração dos elementos que as compõem. Por enquanto, achamos melhor definir as "populações tradicionais" de maneira "extensional", isto é, enumerando seus "membros" atuais, ou os candidatos a "membros". (CUNHA, 2012:01)

Em seu texto “Água e Cultura nas Populações Tradicionais Brasileiras”, Diegues, afirma ser difícil definir, classificar e localizar as populações tradicionais brasileiras. Segundo ele, somente os indígenas e os quilombolas têm seu território assegurado pela Constituição

A partir da década de 1950, quando se acelerou o processo de industrialização e modernização da agricultura, populações tradicionais como os caiçaras, os caboclos e os caipiras sofreram uma redução importante em seu contingente, o que resultou em perda dos territórios tradicionais e em intensa migração para as cidades. Mas, por outro lado, muitas comunidades tradicionais receberam migrantes de outras regiões, resultando em processos de hibridismo cultural. (CUNHA, 2012:03)

Na ausência de um conceito definido, DIEGUES (2006) enumera diversas características das culturas tradicionais, dentre as quais destacamos: a relação com a natureza, seus ciclos e recursos, a partir da qual é construído um profundo conhecimento norteador do seu modo de vida; forte noção de território e conseqüentemente de pertencimento herdado dos antepassados; importância da unidade familiar, doméstica ou comunal e das relações de parentesco ou de compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; reduzida acumulação de capital, importância das atividades de subsistência e alguma relação com o mercado; tecnologia simples, com impacto limitado sobre o meio; autoidentificação ou identificação pelo outro de se pertencer a uma cultura diversa.

É importante atualmente a discussão sobre a análise adequada do significado do termo **populações tradicionais**, que geralmente é usado sem grande precisão. Existem, no entanto, em Ciências Humanas, sobretudo na Antropologia, maneiras distintas de se analisarem essas sociedades, segundo as várias tendências, escolas etc.

Quando se fala na importância das populações tradicionais na conservação da natureza, está implícito o papel preponderante da cultura e das relações homem/natureza. Aliás, reside na interação homem-natureza um dos pontos que diferenciam as várias correntes da antropologia no que diz respeito à cultura. Para os deterministas ambientais, que seguem Ratzel, é o meio ambiente que determina a cultura. No lado oposto está o possibilismo histórico de Boas, em que o meio ambiente não tem influência na origem dos padrões culturais. (DIEGUES, 2010:72).

Há uma grande preocupação com a defesa dos direitos socioculturais das populações, comunidades e povos vistos em contraposição a um modo de vida hegemônico, mais urbanizado, consumista e/ou monetarizado. Parcela desses povos, populações e comunidades é categorizada com o atributo da “tradicionalidade”. Em suas linhas gerais, a produção acadêmica sobre esses grupos, considerados como os intensamente afetados pela institucionalização da questão ambiental via unidades de conservação e outros instrumentos, possui uma grande preocupação analítica com os aspectos simbólicos que permeiam a relação desses grupos humanos com elementos da natureza e que são considerados positivos, por alguns, para a conservação da biodiversidade (Ferreira, 2004). Diegues (1994) apresentou os seguintes critérios para caracterizar as populações tradicionais:

- a) Dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir da qual se constrói um “modo de vida”;
- b) Conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo de recursos dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- c) Noção de “território” ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) Moradia e ocupação desse “território” por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- e) Importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de “mercadorias” possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica numa relação com o mercado;
- f) Reduzida acumulação de capital;
- g) Importância dada à unidade familiar, doméstica, ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) Importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;
- i) A tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanato, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;

- j) Fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- k) Autoidentificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras (...)

Há nuances neste tipo de abordagem. Vianna (1996), apesar de trabalhar com a categoria de populações tradicionais, pontuou o risco de que, na ausência dos critérios econômicos e culturais utilizados por Diegues, acima reproduzidos, essas populações acabem desqualificadas enquanto tradicionais em seu diálogo com as políticas e abordagens voltadas à questão ambiental. Outros problemas também foram levantados por ela, como o dos critérios acima remeterem a uma visão estática da cultura, o que poderia culminar na naturalização e idealização de tais grupos, e a suposição subjacente aos critérios de Diegues de que as populações tradicionais teriam uma relação harmoniosa com a natureza (VIANNA, 1996).

Apesar de todas as críticas que podem ser feitas a abordagens focadas a identidades, sobremaneira as mais essencializadoras, é importante destacar que a categoria populações tradicionais é parte importante da arena ambiental: é usada na produção técnico-científica, em âmbito jurídico-administrativo e no diálogo que alguns grupos sociais estabelecem com o aparelho estatal brasileiro e com grupos não-locais que trazem ou traduzem a questão ambiental como pauta ou fato consumado (CREADO, 2006).

Essas tipologias ou abordagens descritivas sobre populações tradicionais ainda deverão ser abordadas mais a diante, pois julgo ser pertinente perceber como elas se aproximam dos usuários da RESEX Caeté-Taperaçu, será que existe alguma relação de identificação? Esta pergunta pretendemos responder no capítulo final desta dissertação.



Figura 8: Porto da Comunidade do Castelo.

Parafrazeando Karl Marx, a expansão capitalista sobre o espaço costeiro e marinho tem-se desenvolvido esgotando as duas fontes de onde jorra a riqueza: o mar e os trabalhadores.

A noção de território é uma das características mais importantes que marcam esses grupos tradicionais. O território, ocupado durante gerações, não é definido somente pela extensão territorial e os recursos naturais nele existentes, mas também pelos símbolos que representam a ocupação de longa data, como os cemitérios, as roças antigas, os caminhos e também os mitos e lendas. Em algumas dessas comunidades existem formas de uso comum do território como aquelas existentes entre os faxinais do Paraná, caiçaras e pescadores artesanais. Na perspectiva do território como conhecimento, não apenas o espaço, mas também o tempo é passível de ser apropriado constituindo os “sinais de memória”. “O conceito de memória fundamenta a intersecção do espaço com o tempo como é conhecido pelo homem, e, portanto, territorializado, embasa sua relação dinâmica com seu mundo”. (MOURA, 2009:20)

Em minha pesquisa pretendi problematizar um elemento importante na relação entre populações tradicionais e a natureza que é a noção de território, percebendo-o como uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica direitos

estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é capaz de utilizar. O território não depende somente do tipo físico, mas também das relações sociais existentes. Porém essa abordagem sobre o “território” da RESEX Caeté-Taperaçu- Bragança-PA, será feita no terceiro capítulo deste trabalho.

3 COMPREENDER O TERRITÓRIO: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE A TRAJETÓRIA DE CRIAÇÃO DA RESEX MARINHA CAETÉ-TAPERACU

Bragança tem origem em 8 de julho de 1613, com a expedição dos franceses, lideradas por Daniel de La Touche, Senhor de La Ravordiere, considerados os primeiros brancos a ocuparem a região que era habitada por população Tupinambás. (IDESP, 1996). O território de Bragança pertencia a Capitania do Gurupí, doada por Felipe III, da Espanha a Gaspar de Sousa, governador Geral do Brasil em 9 de fevereiro de 1622. Em 1753, Bragança transformou-se em freguesia sob o nome de Nossa Senhora do Rosário, a qual ganhou impulso quando o governador da Província do Maranhão e do Grão Pará, Francisco Xavier e de Mendonça Furtado elevou-a a categoria de Vila, com o nome de Nossa Senhora do Rosário de Bragança, povoada na época por 30 casais de açorianos. Até que em 1854, por determinação do presidente da Província, Tenente-Coronel Sebastião do Rego Barros, através da Resolução nº. 252, de 2 de outubro, transformou a vila em cidade, com o nome de Bragança.

Atualmente, o município de Bragança, no nordeste do Pará, pertence a mesorregião nordeste paraense e a microrregião bragantina, possui uma área de 3.258 km². A sede municipal tem as seguintes coordenadas 1° 03' 15" de latitude sul e 46° 46' 40" de longitude a oeste de Greenwich. Limita-se ao norte com o Oceano Atlântico, ao sul com os municípios da Santa Luzia do Pará e Viseu, a leste com os municípios de Augusto Corrêa e Viseu e a oeste com o município de Tracuateua. Está distante da capital do Estado (Belém) a 210 Km de estrada asfaltada. O Rio Caeté é o principal curso de água do Município (patrimônio natural), nasce no município de Bonito, a sudoeste, percorre a extensão de 60 km (da nascente à foz), apresentando trechos ora estreitos, ora largos (principalmente próximo a sua foz) onde recebe influência de marés. Parte de seu curso é sinuoso, apresentando considerável trecho de várzea.

Bragança compreende uma área de manguezal com aproximadamente 120 km² (BLANDTT. Apud Ribeiro & Costa, 1997, f.02), formado pelas bacias do rio Caeté, rio Taperuçu, localizado no centro do litoral do salgado. Ao longo do litoral bragantino vivem comunidades que dependem desses ecossistemas para realizar atividades de pesca, principalmente na captura do pargo, pescada gó, pescada amarela, dentre outras espécies, também a captura de diversos crustáceos e moluscos.

A pesca artesanal e a agricultura em pequena escala são as duas principais atividades econômicas que garantem o sustento dos habitantes das comunidades rurais adjacentes à península de manguezais bragantina (Klose et al. 2005). “Comunidades rurais como as situadas a margem dos estuários locais podem ser consideradas como - civilizações do mangue” (Diegues, 1995, 1999). A sua vida econômica, social e cultural está intimamente ligada à flora e à fauna do mangue, aos ciclos lunares, sazonais e de maré, aos períodos de reprodução de peixes, caranguejos e outras espécies. A vida econômica encontra-se num estado transicional entre a comercialização e a produção para o autoconsumo e trocas nas comunidades que dependem diretamente dos manguezais locais (GLASER et al. 2005).



Figura 9: Embarcações artesanais no porto da Comunidade do Castelo.

A região bragantina encontra-se ameaçada pelas frequentes pressões sobre o uso dos recursos naturais (Souza-Filho, 2001; Souza-Filho & Paradella, 2003), associadas a fatores como imigração, ocupação territorial inadequada, falta de serviços e infraestruturas, e são

responsáveis por vários problemas de caráter socioambiental (Krause & Glaser, 2003; Glaser, 2003).

Segundo dados levantados pela socioeconomia do MADAM (Projeto Manejo e Dinâmica de Manguezais) em Bragança há cerca de 10.000 pessoas que dependem do manguezal do rio Caeté e aproximadamente 5.000 vivem da coleta do caranguejo, comprovando com isso a auto exploração desse recurso.

A degradação ao meio ambiente e captura predatória do caranguejo foram uns dos motivos que nortearam a realização de um grande seminário que aconteceu no dia 25 de fevereiro de 2000, no Campus Universitário de Bragança, com participação de alunos da graduação, pós-graduação, ONGs e do CNPT/IBAMA-PA, quando abordaram forma metodológica, processo de criação e implantação das Reservas Extrativistas.

Criada em maio de 2005 a Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu é uma unidade de conservação da natureza de uso sustentável inserida no município de Bragança. Apresenta pouco mais de 68% de formações pioneiras, cerca de três mil famílias que vivem no extrativismo e em seu entorno cerca de cinco mil famílias que vivem da agricultura. No entorno da cidade de Bragança existem várias comunidades que marcam a transição do meio urbano para o meio rural. A população dessas comunidades pratica a agricultura familiar, a pesca, o extrativismo e algumas vivem do artesanato.

A área de entorno da RESEX é caracterizada por regiões de terra firme onde a vegetação predominante é a capoeira entrecortada por igarapés rodeados por buritizais. Nos campos naturais alagados onde podem ser encontradas ilhas de manguezais. A maior parte da área da RESEX é formada por vegetação de mangue além de campos naturais, áreas de restingas e praias. Os campos naturais estão localizados aproximadamente a 30 minutos do centro da cidade por via rodoviária em estradas não pavimentadas, mas em condições de trafegabilidade.



Figura 10: Campos Bragantinos

Devido à proximidade com o mar é uma área constantemente ventilada. O cultivo de maniva e a produção de farinha são atividades bastante desenvolvidas, assim como a plantação de hortaliças e frutas, a pesca de água doce também é uma atividade bastante praticada.

Os manguezais formam um ecossistema costeiro conhecido pelo seu importante papel ecológico sendo caracterizado pela ocorrência de espécies vegetais adaptadas a ambientes salinos periodicamente inundados pelas marés, exercem funções primordiais como o meio nutritivo, centro de multiplicação de numerosas espécies e fontes de recursos naturais para as diversas comunidades costeiras.



Figura 11: Manguezal Bragantino

3.1 Procedimentos metodológicos: lançando mão da etnografia e das fontes orais

O etnógrafo é aquele que deve ser capaz de viver nele mesmo a tendência principal da cultura que estuda. (Laplantine, 1994:150)

Sinto ser importante neste momento explicar o porquê de lançar mão da etnografia em minha pesquisa. Como já dito na citação acima o etnógrafo deve ter a capacidade de vivenciar de forma intensa a essência principal da cultura que estuda. Essa foi a minha pretensão. Através da observação participante, poder perceber as formas de representação do grupo de pescadores extrativistas da RESEX Caeté-Taperaçu, como as experiências se dão e de que forma as relações acontecem.

Em seu livro “O antropólogo e sua magia” Vagner Gonçalves da Silva descreve como a antropologia estabeleceu sua identidade como ciência por meio de uma abordagem metodológica na qual a observação participante tornou-se, segundo o autor, elemento central.

A observação participante, definida principalmente pelo antropólogo Bronislaw Malinowski como a convivência íntima e prolongada do pesquisador com os seus informantes nativos”, ao refutar a “antropologia de gabinete”, permitiu o estabelecimento de um determinado tipo de relação na qual o antropólogo se colocava como um instrumento de pesquisa, propiciando à antropologia a perspectiva intersticial (o olhar desde dentro) que é sua ferramenta básica, sua marca registrada, desde então (SILVA, 2006:13).

A etnografia vem se constituindo como atividade “acadêmico-profissional”, segundo Vagner Gonçalves, é realizada inclusive por cidadãos de países antes considerados apenas “objetos” desse conhecimento. Para ele “sujeitos” e “objetos” da antropologia têm mudado de perfil em decorrência das mudanças nas relações políticas, econômicas e culturais entre os países que tradicionalmente “produziram” os primeiros e os continentes que tradicionalmente “forneceram” os segundos. Ao lado das praias, aldeias e povoados da “antiga” antropologia, estudam-se também a cidade, seus grupos, seus bairros, seus habitantes e seus estilos de vida, entre outros temas.

O autor também problematiza o descompasso entre a importância atribuída ao trabalho de campo na antropologia e sua presença escassa nas etnografias. Isso pode ser avaliado sob vários pontos de vista. Segundo ele, esses pontos englobam desde posições mais radicais, como a de que toda e qualquer experiência de campo é singular, pessoal e intransferível, até posturas mais “sofisticadas”, como as de alguns críticos contemporâneos, que veem a escassez de informações sobre o trabalho de campo como estratégia adotada pelo etnógrafo para assim estabelecer sua “autoridade etnográfica” nas introduções metodológicas para, em seguida, “desaparecerem” nos capítulos seguintes da etnografia e garantirem, assim, uma descrição objetiva do outro (Clifford, 1988:21).

Reflexões sobre o trabalho de campo feitas apenas em termos do que ele é em si mesmo ou de como aparece nas introduções metodológicas ou nos outros capítulos do texto etnográfico podem ocultar, entretanto, outras questões mais pertinentes, a meu ver, sobre a natureza do próprio trabalho de campo. Se um dos principais objetivos da antropologia é promover um alargamento da razão possibilitado pelo conhecimento das várias concepções de mundo presentes nas culturas diversas (considerando-se que as culturas só se encontram através dos encontros dos homens), o trabalho de campo é um momento privilegiado para o exercício desse objetivo, pois é nele que a alteridade, premissa do conhecimento antropológico, se realiza. (SILVA, 2006: 25).

É fato que a imagem do trabalho de campo visto como uma aventura ou mesmo experiência arriscada, na busca de povos geograficamente e também culturalmente distantes ainda persiste até hoje. “Nas etapas estabelecidas oficialmente pela academia para a realização de uma pesquisa etnográfica, o trabalho de campo aparece, entretanto, como a fase intermediária entre a proposição de um projeto de pesquisa e a análise dos dados apresentada no texto etnográfico” (SILVA, 2006: 27). Uma discussão que se faz interessante em “A magia do antropólogo” é a de que o envolvimento com o campo pode começar antes do “desembarque do antropólogo em sua aldeia” e continuar mesmo que ele já o tenha abandonado.

O “campo” não é somente a nossa experiência concreta (mesmo se esta fosse mensurável de forma to objetiva) que se realiza entre o projeto e a escrita etnográfica. Junto a esta experiência, o “campo” (no sentido amplo do termo) se forma através dos livros que lemos sobre o tema, dos relatos de outras experiências que nos chegam por diversas vias, além dos dados que obtemos em “primeira-mão” (SILVA:2006, 27).



Figura 12: Pescadores artesanais em momento de descontração no rancho do Araí.

As etapas: projeto de pesquisa, trabalho de campo e texto etnográfico, não são fases que se encadeiam necessariamente nesta ordem. Na prática são procedimentos que se

comunicam de forma cíclica ou espiral e muitas vezes, apenas no final da pesquisa, descobre-se o que investigava. Outra situação que pode ocorrer é de que não se encontrando o que se procurava, “remodela-se” o texto, como forma de valorizar o que encontrou, diante disto observar todas as atividades das pessoas do grupo estudado torna-se um dos principais objetivos da observação participante. “No diálogo etnográfico que o antropólogo estabelece com os entrevistados, a entrevista é um momento privilegiado para a troca de informações e de percepções entre as pessoas que dela participam”. (SILVA, 2006:41). A relação de confiança que deve se estabelecer nesse momento é muitas vezes um processo complicado e cansativo, o qual exige um conhecimento mínimo de certos “códigos” do grupo.

Outro elemento que deve ser levado em consideração no momento da entrevista é o “problema” de comunicação entre o que o pesquisador(a) pergunta e o que o entrevistado entende da pergunta. Sobre isto Vagner Silva pondera:

Na decisão sobre o que perguntar e como fazê-lo, atuam vários fatores como a simpatia e a confiança que os interlocutores estabelecem entre si no momento da entrevista. O que um entrevistado diz respondendo a uma pergunta muitas vezes permite que o entrevistador entenda por que ele se recusa a falar sobre certos termos. (SILVA, 2006: 50).



Figura 13: Entrevista feita com usuário da RESEX, morador da comunidade da Pontinha do Bacuriteua.

Quando tentamos definir quais são verdadeiramente os procedimentos fundamentais que constituem a observação participante e como realizá-los, é sempre complicado chegar a uma concordância sobre os métodos necessários para se chegar a um “bom trabalho de campo”. Clifford Geertz não trata da prática etnográfica como “uma questão de método”

Em antropologia ou, de qualquer forma, em antropologia social, o que os praticantes fazem é a etnografia. E é justamente ao compreender o que é a etnografia, ou mais exatamente, o que é a prática da etnografia, é que se pode começar a entender o que representa a análise antropológica como forma de conhecimento. Devemos frisar, no entanto, que essa não é uma questão de métodos. Segundo a opinião dos livros-textos, praticar etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento (GEERTZ, 1978:15).

Para Geertz, o que um antropólogo propriamente dito deve fazer, prioritariamente, é ir a lugares vazios, voltar de lá de com informações sobre como as pessoas vivem e tornar essas informações disponíveis à comunidade especializada, de uma forma prática, em vez de ficar vadiando por bibliotecas, refletindo sobre questões literárias. Os bons textos de antropologia são simples e despretensiosos. Não convidam a uma minuciosa leitura literocrítica, nem tampouco a recompensam (Geertz, 2009:12).

Essa capacidade de convencer os leitores (em sua maioria acadêmicos, e praticamente todos participantes, pelo menos durante a parte do tempo, dessa forma peculiar, de vida a que evasivamente chamamos “moderna”) de que o que eles estão lendo é um relato autêntico, escrito por alguém pessoalmente familiarizado com o modo como se processa a vida em algum lugar, em alguma época, em meio a algum grupo, é a base em que finalmente se assenta qualquer outra que a etnografia deseje fazer-analisar, explicar, divertir, desconectar, celebrar, edificar, desculpar, estarrecer ou subverter. (GEERTZ, 2009:187).

Ainda sobre o processo da entrevista é importante perceber como todo e qualquer detalhe que está ligado ao entrevistado é importante para o pesquisador, não se pode passar despercebido por gestos, olhares e até mesmo os silêncios têm muito a contribuir. Algumas vezes conversas mais descontraídas podem gerar muitos produtos de análises, para isto o pesquisador precisa estar sempre atento.

Ser bem-sucedido ao entrevistar exige habilidade. Porém, há muitos estilos diferentes de entrevistas, que vão desde a que se faz sob a forma de conversa amigável e informal até o estilo mais formal e controlado de perguntar, e o bom entrevistador acaba por desenvolver uma variedade do método que, para ele, produz os melhores resultados e se harmoniza com sua personalidade. Há algumas qualidades essenciais que o entrevistador bem-sucedido deve possuir: interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e, acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar. Quem não consegue parar de falar, nem resistir à tentação de discordar do informante, ou de lhe impor suas próprias ideias, irá obter informações que, ou são inúteis, ou positivamente enganosas. O primeiro ponto é a preparação de informações básicas, por meio da leitura ou de outras maneiras. A importância disso varia muito. A melhor maneira de ar início ao trabalho pode ser mediante entrevistas exploratórias, mapeando o campo e o colhendo ideias e informações. (GEERTZ, 2009:189)

Pretendo em minhas pesquisas de campo, construir meu saber a partir dos elementos que são coletados em campo: as falas dos pescadores e suas interações, e assim perceber as visões de mundo desses pescadores. Eu estava lá para ver e ouvir, para depois escrever. Afinal, olhar é o meu trabalho (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000).



Figura 14: Pescadores artesanais indo fazer a despesca do curral.

O olhar é um dos elementos trabalhados por Roberto Cardoso de Oliveira em seu livro: “O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever”. Nele o autor chama a atenção para as três etapas de apreensão dos fenômenos sociais, questionando-as como algo merecedor de nossa reflexão no exercício da pesquisa e produção do conhecimento. Há uma preocupação com a trivialidade do **olhar**, o **ouvir** e o **escrever**, por isso o autor tenta mostrar como eles podem ser questionados entre si. Segundo o autor a domesticação teórica do seu olhar talvez seja a primeira experiência do pesquisador de/ ou no campo:

Isso porque, a partir do momento em que nos sentimos preparados para a investigação empírica, o objeto, sobre o qual dirigimos o nosso olhar, já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo. Seja qual for esse objeto, ele não escapa de ser apreendido pelo esquema conceitual da disciplina formadora de nossa maneira de ver a realidade. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000:19)

É preciso então que nosso olhar em campo não seja o da ingenuidade, como uma mera curiosidade diante do “exótico”, deve ser sim um olhar devidamente sensibilizado, para então perceber as particularidades de cada campo, o que não está posto de forma clara e objetiva. O olhar deve ser complementado pelo ouvir, pois algumas explicações só poderiam vir por meio

da entrevista, porém esse ouvir não é também um simples ouvir, é um ouvir especial, há de se saber ouvir, respeitando as pausas, os silêncios, para assim poder interpretá-los.

Mesmo que o ouvir possa também parecer algo muito familiar, existe uma dificuldade que merece atenção, é o que Roberto Cardoso de Oliveira chama de diferença entre “gestos culturais”, que existe entre o mundo do pesquisador e do “nativo”, mundo este que se pretende penetrar

De resto, há de se entender o nosso mundo, o do pesquisador, como sendo Ocidental, constituído minimamente pela sobreposição de duas subculturas: a brasileira, pelo menos no caso da maioria do público leitor; e a antropológica, no caso particular daqueles que foram treinados para se tornarem profissionais da disciplina. E é o confronto entre esses dois mundos que constitui o contexto essencialmente problemático que tem lugar o nosso ouvir. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000:23)

O ato de escrever é o ato exercitado depois de estar em campo, Geertz afirma que é o escrever fora da situação de campo, que cumpre sua mais alta função cognitiva, isso porque nesse momento acontece o processo de textualização dos fenômenos socioculturais observados “estando lá”.

Analisando esta complexa transformação, deve-se ter em mente o fato de que a etnográfica está, do começo ao fim, imersa na escrita. Esta inclui, no mínimo, uma tradução da experiência para a forma textual. O processo é complicado pela ação de múltiplas subjetividades e constrangimentos políticos que estão acima do controle do escritor. Em resposta a estas forças, a escrita etnográfica encena uma estratégia específica de autoridade. (CLIFFORD, 1994:21)

Clifford procura demonstrar que o antropólogo carrega uma autoridade etnográfica que se faz presente ao longo do seu trabalho de campo e que se torna mais evidente em seu texto final, mesmo admitindo que os objetivos iniciais de uma pesquisa possam ser transformados em campo, a partir da intervenção dos nativos, numa escrita direcionada, ainda assim trata-se de um processo de conhecimento no qual a autoridade do pesquisador/antropólogo permanece. Nos exemplos apresentados por Clifford em seus textos, onde novas formas de relações entre interlocutores e antropólogos se estabelecem,

evidenciam-se as mudanças na percepção do antropólogo sobre os nativos, permitindo que outras percepções do nativo sobre o antropólogo surjam.

Podemos contribuir para uma reflexão prática sobre a representação intercultural fazendo um inventário das melhores, ainda que imperfeitas, abordagens disponíveis. Destas, o trabalho de campo etnográfico, permanece como um método notavelmente sensível. A observação participante obriga seus praticantes a experimentar, tanto em termos físicos quanto intelectuais, as vicissitudes da tradução. Ela requer um árduo aprendizado linguístico, algum grau de envolvimento direto e conversação, e frequentemente um “desarranjo” das expectativas pessoais e culturais. É claro que há um mito do trabalho de campo. A experiência real, cercada como é pelas contingências, raramente sobrevive a esse ideal; mas como meio de produzir conhecimento a partir de um intenso envolvimento intersubjetivo, a prática da etnografia mantém um certo *status* exemplar. (CLIFFORD, 1994: 20)

Por se tratar de um trabalho que pretende ser interdisciplinar me proponho além de lançar mão da etnografia, enquanto proposta metodológica ao trabalhar também com fontes orais, quando tento em meu segundo capítulo compreender a trajetória de criação da RESEX Caeté-Taperaçu. Para entender essa trajetória foi necessário procurar as pessoas que participaram desse processo e que poderiam através de suas próprias vozes contar sua “versão” da história, a história da qual fizeram parte.

Na busca por entender as relações de identificação que acontecem nesse território de reserva extrativista marinha, vejo a necessidade de compreender como aqueles atores sociais se relacionaram com o processo de criação de RESEX, quais os elementos constitutivos dessa memória e quais os acontecimentos que marcaram sua trajetória, já que a memória é um elemento constitutivo da identidade, um dos temas abordados em minha pesquisa, faz-se necessária a utilização de fontes orais para a produção de um conhecimento, pois os depoimentos recolhidos traduzem visões particulares de processos coletivos. “Toda história depende, basicamente, de sua finalidade social. Por isso é que, no passado, ela se transmitia de uma geração a outra pela tradição oral e pela crônica escrita...” (THOMPSON, 1992:20).

As vozes que narram essa história são pouco evidenciadas, suas experiências não são compartilhadas de uma forma mais abrangente, o que pode contribuir para que atualmente alguns destes atores sociais, lideranças locais, tenham suas ações esquecidas ou

invisibilizadas, as fontes orais podem ser o instrumento pelo qual essas ações se tornem visíveis, podendo, desta forma, mudar a dimensão da história:

No sentido mais geral, uma vez que a experiência de vida das pessoas de todo tipo possa ser utilizada como matéria-prima a história ganha nova dimensão. A história oral oferece, quanto a sua natureza, uma fonte bastante semelhante à autobiografia publicada, mas de muito maior alcance. A maioria esmagadora das autobiografias publicadas são de um grupo restrito de líderes políticos, sociais e intelectuais e, mesmo quando o historiador tem a grande sorte de encontrar uma autobiografia exatamente do local, época e grupo social de que esteja precisando, pode muito bem acontecer que ela dê pouca ou nenhuma atenção ao tema objeto de seu interesse. (THOMPSON,1992:25)

Sobretudo recorre à memória como fonte principal que alimenta as narrativas o documento final, a fonte histórica produzida. A memória é a principal fonte dos depoimentos orais, onde múltiplas variáveis (temporais, individuais, coletivas) dialogam entre si, revelando assim lembranças, certas vezes de forma explícita, outras de forma velada.

No processar da memória estão presentes as dimensões do tempo individual (vida-privada-roteiro biográfico) e do tempo coletivo (social, nacional, internacional). Os sinais exteriores são referências e estímulos para o afloramento de lembranças e recordações individuais que constituem o substrato do ato de recordar... (DELGADO, 2006:36).

As primeiras observações foram feitas na comunidade de Bacuriteua, localizada à margem esquerda do rio Caeté, que banha a cidade de Bragança. A localidade fica a aproximadamente 10km da sede do município. Quanto à coleta das fontes orais, utilizei as técnicas denominadas entrevistas temáticas. As entrevistas temáticas referem-se a experiências ou processos específicos vividos pelos membros da comunidade. Os entrevistados foram escolhidos pela forma de participação na ASSUREMACATA. Todas as entrevistas foram feitas no espaço da RESEX, seja na sede ou nas comunidades.



Figura 15: Igreja da Comunidade do Bacuriteua

3.2 Uma outra dimensão da história: vozes que contam a trajetória de criação da RESEX Caeté-Taperaçu

Uma memória, involuntária, dependendo de acasos pessoais, não responde às necessidades objetivas da historiografia (Willi Bolle).

Antes de tudo é preciso compartilhar o porquê das escolhas aqui tomadas... No ano de 2006 juntamente com o padre João Nelson P. Magalhães, participei da fundação da Cáritas Diocesana de Bragança, organismo ligado a Igreja Católica que cuida do lado social da Igreja. Padre Nelson é muito popular não só em Bragança, mas no Nordeste paraense, pelos muitos trabalhos desenvolvidos com pescadores(as) artesanais, agricultores (as) familiares, catadores(as) de materiais recicláveis, entre outros.

Para iniciar nossa conversa, fiz a seguinte pergunta: Como foi criada a RESEX-Caeté-Taperaçu? Já que ele participou de toda a discussão inicial e continua atualmente apoiando pescadores(as) artesanais que estão se envolvendo no CPP. Para responder minha única pergunta, ele ficou pensando por alguns segundos, talvez buscando na memória por todos os

atores sociais envolvidos nesse processo. O primeiro órgão a ser citado foi a Universidade Federal do Pará, através do Programa MADAM- desenvolvido em parceria pela Faculdade de Biologia e o governo alemão. O projeto MADAM (cooperação internacional) executou, nas comunidades que atualmente fazem parte da área de RESEX, várias pesquisas sobre os manguezais, nas quais uma preocupação se tornou mais evidente: a preservação das conduruas (fêmea do caranguejo), ocasionando a campanha “Salve as Conduruas” nos anos 90.

O processo de criação da RESEX aqui ... reservas extrativistas... do salgado paraense... nasceu aqui em Bragança, com a universidade, né? A presença da UFPA que começou a trabalhar a pesquisa aí do... do.. do mangue e uma parceria aí do.. da UFPA, da Alemanha também e o projeto MADAM começaram a se interessar pela pesquisa no mangue e enquanto isso já vinha o debate , um questionamento sobre as conduruas no manguezal que o povo, muitas pessoas tiravam conduruas, vendiam e comercializavam conduruas nos anos 90, começou-se uma campanha aqui junto com estudantes da universidade é... pra salvar as conduruas , pintaram muros por aí, fizeram caminhadas e tal, salvar as conduruas, proteger as conduruas, não comercializar , não vender as conduruas. [Padre Nelson]

O marcante nesse depoimento é a relação existente entre a criação da reserva extrativista atrelada a um projeto vinculado a uma instituição de ensino e pesquisa federal. Mesmo que existam outros atores sociais, estes se tornam menores, pois a articulação feita pelo MADAM se tornou mais evidente, o que se pode ter acontecido devido ao fato de os professores do Programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental vinculados ao projeto, estarem presentes de forma contínua nas comunidades, com recurso financeiro e equipamentos que possibilitavam essa permanência.

Outro nome a ser lembrado por padre Nelson foi o do “seu Elias”, morador da comunidade de Tamatateua. Segundo ele, este foi um dos grandes responsáveis por mobilizar os demais pescadores(as) para a importância de se pensar ações que preservassem o meio ambiente. Como vemos no trecho da entrevista em destaque a seguir

Elias se atentou para essa preocupação, pois ele via que as pessoas estavam retirando madeiras do mangue para fazer é... é forno pra a queima de tijolos, fornos de padarias e outras coisas. Então, ele começou a se preocupar por quem vivia do caranguejo, quem se sustentava do caranguejo. A partir daí começou as discussões... porque já no âmbito nacional já haviam as reservas marinhas[Padre Nelson]

No ano de 1996, aconteceu em Bragança o “Encontro dos Povos dos Mangues”, durante o qual foi discutida a importância de se criar a reserva extrativista marinha de Bragança, segundo padre Nelson uma preocupação voltada para a crescente migração de cearenses para a cidade:

Durante este encontro dos povos dos mangues, falou-se sobre a importância de se criar a reserva marinha de Bragança, pela ameaça da presença de cearenses aqui. E também a criação de camarão, a canicultura, porque o tirador de caranguejo fica sem sustento. Lá no Ceará eles já tinham acabado com o mangue.. [Padre Nelson]

Novamente, padre Nelson fala sobre o pescador Elias, como autor de diversas ações para combater a destruição do mangue, sendo figura fundamental para a continuidade das ações de mobilização, e visto como uma liderança local. É interessante observar no trecho abaixo, uma referência à ação dos pescadores em relação às pesquisas feitas pela universidade:

O Elias, lá do Tamatateua, irmão da Marly do Tamatateua, filho da Dona Angelina, iniciou uma mobilização para plantar no mangue, canetas do mangue, naquela estrada que vai pra Ajuruteua, de quem vai o lado direito, ali... Eles fizeram um mutirão com 72 pessoas. Enquanto a universidade pesquisa, eles se movem.(...) No início de 2000, foi feito um mapeamento pela universidade sobre a área de manguezal, a partir daí foram feitas cartilhas sobre a importância de uma reserva extrativista. Essas cartilhas foram feitas, voltadas para as comunidades, pra explicar o que é reserva extrativista.[Padre Nelson]

Um elemento que não pode passar despercebido no trecho acima é o fato de a universidade, através do Programa MADAM, este vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental, ter elaborado cartilhas informativas para discutir nas comunidades o que é uma reserva extrativista, pois a relação de identificação dos usuários de reservas extrativistas com o termo é tema de constantes debates atualmente, inclusive na reserva Caeté-Taperaçu. Teria sido o suficiente? Tinha que ter sido feito por outra instituição? Ou mesmo pelos próprios pescadores levando em consideração seus saberes? Os pescadores que participaram desse momento inicial de formação não estão hoje no espaço de organização e gestão da ASSUREMACATA (Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu)? Essas dúvidas não serão respondidas agora, mas merecem uma reflexão maior e mais detalhada, que será feita em meu terceiro capítulo.

A entrevista com padre Nelson continua sem que eu faça mais nenhuma pergunta, parece-me que relembrar a trajetória de criação desta reserva já traz bastante informação à memória. Percebo uma preocupação em não esquecer o nome de um parceiro que participou deste processo. E é nesse momento que o MOPEPA (Movimento dos Pescadores(as) do Pará) e a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará) são citados, por terem participado de diversas reuniões de formação nas comunidades com o objetivo de discutir a criação da reserva extrativista. Vale destacar que a Colônia de Pescadores Z-17, órgão representativo da classe dos pescadores artesanais de Bragança, não aparentava interesse na criação da reserva, surge aqui mais um conflito.

Depois de várias reuniões, as comunidades, segundo ele, decidiram solicitar à SECTAM (Secretaria Estadual de Tecnologia e Meio Ambiente) a criação das áreas de reservas extrativistas nas cidades de Bragança, Tracuateua, Vizeu e Augusto Correa, todas solicitadas em um único documento que requeria o parecer do Governo do Estado para a criação das quatro áreas de reserva. Pedido esse que foi negado:

A SECTAM não deu atenção ao pedido, negou o pedido de criação porque a área saíria do domínio do governo e a comunidade não tinha capacidade de gerenciar esse bem, esse patrimônio. Isso ele [Secretário de Tecnologia e Meio Ambiente] disse pra mim, eu tava lá... Mas não saiu em nenhum documento. E a gente vivia batendo lá na porta deles, e nada. Nesse tempo o MOPEPA enfraqueceu, os bolsistas da universidade estavam saindo dos projetos, a técnica da EMATER que acompanha a gente se aposentou e o Elias adoeceu e faleceu aí o processo ficou parado. Foi quando nós assumimos a secretaria de pesca do município e então decidimos ir ao IBAMA, porque a área de mangue é área federal, então vamos logo procurar o IBAMA. Daí em vinte de maio de dois mil e cinco a Ministra Marina Silva assinou o decreto de criação. E lá nesse dia, com a presença de representantes das comunidades dos quatro municípios. as reservas extrativistas agora que tavam aprovadas, era domínio da comunidade e que a comunidade deveria agora se organizar pra criar a associação dos usuários e criar a regra de utilização da área , né? então a partir da... da... criação da associação foi criado os comitês nas comunidades e veio o debate da... da... criação das regras de utilização e todas as quatro RESEX . E.. depois... dessa.. desta regra de utilização aprovada, foi se encaminhado a inclusão dessas quatro RESEX no Programa Nacional de reforma agrária , junto ao INCRA... [Padre Nelson]

Vê-se claramente que o processo de criação da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, assim como outras, foi permeado por muitos conflitos, seja na negação de um pedido feito à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, um órgão governamental, ou na constante preocupação em preservar o meio ambiente com ações que muitas vezes são isoladas, por falta de parceria. Aspectos que vão desde a mais simples divergência entre comunitários e o poder público, até partidarismos políticos locais e excesso de burocratização.

Para tentar alcançar meu objetivo onde a história de criação da RESEX Caeté-Taperaçu fosse contada por diferentes vozes, decidi que seria importante ouvir naquele momento um pescador que tivesse participado do processo. Escolhi então como meu segundo entrevistado, o ex-presidente da ASSUREMACATA (Associação dos Usuários da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu) Óseas Saraiva Rocha, conhecido popularmente como Zeca Rocha. Além disso, um fator que também contribuiu para esta escolha foi o fato de já termos trabalhado juntos, quando estive na assessoria administrativa da ASSUREMACATA, no ano de 2006. Estabelecemos uma relação de confiança e afinidade profissional que julgo ser

importante no momento em que me proponho a pesquisar a memória do outro. Durante os anos que trabalhei na Associação várias foram as conversas sobre a organização dos pescadores artesanais, sobre o conhecimento dos pescadores a respeito de RESEX, sobre o movimento de luta dos pescadores artesanais, acredito que isso possa ter contribuído para que muitas das minhas inquietações, que hoje estão postas nesta dissertação, fossem surgindo.

Devo dizer também que talvez fosse um pouco mais fácil para mim, dialogar com alguém que conhecesse minha forma de trabalho e pesquisa, já que por várias vezes, nas idas a campo, ouvi das pessoas que a “universidade” só vem aqui ouvir, levar os conhecimentos e não volta mais.

Zeca Rocha é nativo da cidade de Curuçá, tem histórico no movimento social de pescadores, e foi vereador na cidade de Bragança, nossa entrevista aconteceu em sua própria residência e nosso assunto foi a experiência dele na criação da RESEX Caeté-Taperaçu.

Quando em 84... quando eu tava no MOPEPA , participava dessa questão da luta pelo, pelo extrativismo , a gente não tinha a... a gente não tinha assim... como diria ... é... um norte certo de que no... no nordeste paraense a gente iria precisar duma reserva extrativista . Então eu me mudei pra cá em 2006. [Zeca Rocha]

A concepção de um modelo “único” de reserva extrativista direcionada para públicos diferentes pode provocar tensões, isto porque os pescadores artesanais têm peculiaridades próprias, que podem ser alcançadas através da criação de uma reserva extrativista marinha, a qual se diferencia em muitos aspectos de uma reserva extrativista que atenda a demanda dos seringalistas, por exemplo.

“Quando a gente pensou em criar a nossa reserva extrativista a gente não queria que o seringueiro viesse aqui dizer o que tinha que fazer, ainda tinha isso, a gente tem o nosso jeito...” [Zeca Rocha]

Zeca Rocha trouxe em sua fala vários atores sociais que participaram desse processo de articulação para a criação da reserva extrativista, são eles: Secretária de Meio Ambiente Estadual, Conselho Nacional das Populações Tradicionais-CNPT, a Universidade Federal do Pará (Programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental) através do MADAM e o Movimento de Pescadores do Pará-MOPEPA. Zeca conta que os pescadores eram os principais articuladores desse processo e que a universidade entrou como parceira, em forma de cooperação:

...alguns pesquisadores aqui, da universidade e o movimento social já começou a se ligar nessa situação de que precisava cooperação . E aí a gente começou porque... a gente ia dentro das universidades levar abaixo-assinado, reuniões com ...com os participantes das comunidades , pra dizer como é que ele achava a reserva extrativista e qual era o local que ele queria... tipo... demarcar a reserva extrativista, no momento a gente pensava que era assim, né? Por exemplo a gente queria lá do furo grande até a praia, nossa reserva era aquela, a gente pensava assim, que depois de demarcado a gente ia viver ali e ninguém passava, mas na verdade começou também errado porque a própria instituição do governo, não tava claro pra ela, até porque os pescadores é uma das partes mais desorganizadas . Aí foi que entrou o MADAM com a pesquisa, desde 2006...ops, desde de setembro de 86 até 2000 se fez levantamento é... biológico, né? é.. o que se tinha, pra colocar reserva extrativista tinha que saber o que se tinha dentro dela. [Zeca Rocha]

Por não ser nativo de Bragança, Zeca Rocha, narra sua chegada à cidade com um ar saudoso de ter vivido tempos de abundância na pesca, traz em sua narrativa elementos que nos fazem refletir sobre o modo de vida de um tempo não muito distante. Porém é possível perceber neste trecho a forma como o meio ambiente vinha sendo agredido e devastado pelas práticas de alguns pescadores. Foi então que surgiu a necessidade de se pensar em uma forma de proteger o meio ambiente local aliando também a questão da valorização do “produto” do pescador artesanal.

quando eu cheguei em Ajuruteua, era muito peixe... que a minha linha tinha muito peixe. O que nós vimos? muita invasão de fora, muitas artes ... armadilhas que a gente chama... que veio... de outros lugares, que é a questão da... da... devastação, né? predatória. A gente em Curuçá quase é ... não usava ... é... a zangaria, nunca vi zangaria, já veio ter zangaria pra cá , fuzaca a gente nunca pensou que tinha fuzaca, rede apoitada... ninguém fazia isso...E aqui eu vim conhecer um bocado de armadilha escrota. Daí que que a gente pensava? Não nós queremos uma reserva extrativista pros costumes voltarem a ser o que era , né? Pra que a gente pudesse alavancar a nossa produção e aí ia fazer a questão da organização , certo? Questão que você ia melhorar a questão de... de você ter um preço de mercado maior . O produto do pescador artesanal chegasse mais fácil na mesa do consumidor, com preço mais em conta, mas que ia satisfazer justamente o trabalho do.. do... é... nosso que estávamos na base. [Zeca Rocha]

Além dos motivos citados acima que poderiam justificar a criação de uma Reserva Extrativista Marinha na cidade de Bragança-PA, outro elemento surgiu na entrevista com Zeca Rocha, desta vez as políticas públicas que eram reivindicadas para dentro deste espaço.

E sabíamos que o governo quando montasse a reserva extrativista , sabia que ia ter projetos “Ns” pra gente , dinheiro e tudo mais. Até aí ainda não tinha casa e fomento ., por aí assim, quando nós elegemos o governo Lula já com a promessa de que se o governo do PT assumisse ele ia alavancar essa questão das políticas sociais pra dentro da reserva. [Zeca Rocha]

O debate sobre as políticas públicas que eram desejadas para este espaço, se são de acordo com a realidade local ou se levam em consideração os saberes das populações tradicionais, ainda deverá ser melhor abordado nesta pesquisa. Continuo a entrevista questionando se houve algum momento de formação para explicar o significado de reserva extrativista, ele responde minha pergunta desta forma:

Daí formulamos uma cartilha do que era reserva extrativista, e o que que nós queríamos pra ser reserva extrativista e nós fomos pra comunidade. A universidade entrou nessa questão como uma colaboradora pela pesquisa, que tem muita pesquisa, se tu for ver de pesquisa que tem das comunidades... só falta abrir o armário e mostrar.[Zeca Rocha].

Mesmo entendendo que houve visitas às comunidades e a elaboração de uma cartilha formativa, percebo que estes não são instrumentos que possam sozinhos garantir o entendimento por partes dos pescadores artesanais sobre a necessidade de ser criada a reserva, mais elementos são necessários, mas para isto mais pesquisas de campo também serão necessárias. Portanto, o trabalho precisará ser ampliado e desenvolvido, sobretudo a partir de outros depoimentos de outros atores. Mesmo assim eu não poderia deixar de evidenciar, ainda neste momento, um dado que chama a atenção ainda no trecho acima: justamente a crítica feita à Universidade Federal do Pará em Bragança, que está relacionada com as pesquisas realizadas nas comunidades e que, na visão do entrevistado não são “mostradas”, não são devolvidas às comunidades.

Partindo do pensamento que todo acontecimento que representa uma mudança radical na vida de um determinado grupo não pode acontecer sem “tensões”, percebo em uma das falas do Zeca Rocha, que uma tensão existente até hoje, relaciona-se com o ICMBio –Instituto Chico Mendes de Biodiversidade:

o pessoal do ICMBio não podiam tá, porque era um pessoal aproveitador e tal e eles tinham que cuidar da terra firme, nós era do mar. Na verdade não é muito diferente hoje não Patrícia. Eles querem defender muito é o território deles mesmo, pra nós é.. é muito pouco. O ICMBio diz agora vai melhorar porque nós somos o órgão gestor, GESTOR, o que é a gestão? é só você ver a lei e aplicar , ou é você entender a realidade? Porque a reserva marinha é muito complicada ... é uma outra relação , a própria dinâmica da natureza, né? Quem não conhece, não vive, não compreende [Zeca Rocha]

A ideia de que o ICMBio é um órgão “aproveitador” que tem a função de cuidar somente das reservas extrativistas de floresta da terra firme, se configura em um cenário em que o ICMBio é visto como um órgão que advém das concepções e anseios dos povos da floresta, que passa para os pescadores artesanais a ideia de representar apenas a luta dos seringalistas. Porém a luta dos pescadores é diferenciada, tem particularidades. Aqui o conflito também aparece na negação do ICMBio enquanto órgão gestor, sendo visto como órgão que apenas aplica a lei, sem de fato entender a realidade dos pescadores, suas experiências, suas práticas de trabalho.

São estes conflitos, diferentes concepções e definições sobre o mesmo “espaço”, que nos possibilitam entender a disparidade de representações e práticas dentro da RESEX, sendo vista por mim como mundos distintos, questão que será abordada no capítulo seguinte.

Com objetivo de compreender como o processo de criação da RESEX é entendido pelos usuários da RESEX que não fazem parte efetivamente de sua gestão, procurei dentre as comunidades que a compõem, uma na qual eu pudesse ouvir essas histórias a partir do olhar de quem não esteve envolvido diretamente nesse momento, mas que participou de forma indireta deste processo de criação. Desta forma escolhi a comunidade do Sítio Grande Camutá, como local de pesquisa. O processo de escolha da comunidade não foi fácil, já que atualmente elas são ao total 52, porém minha decisão foi tomada pelo fato de esta comunidade encontrar-se longe do que defino como Centro Administrativo da RESEX, ou seja, onde fica a sede da Associação Gestora da reserva extrativista, o que concorre para que os usuários desta comunidade fiquem um pouco mais afastados das circunstâncias que ali incidem. Outro fator que contribuiu bastante para esta decisão foi o fato de não haver pesquisas com o tema: reserva extrativista, realizadas naquele local.



Figura 16: Comunidade do Sítio Grande/Camutá.



Figura 17: Porto da comunidade do Sítio Grande/Camutá

Ao escrever sobre a comunidade percebi a dificuldade em encontrar registros escritos ou mesmo digital sobre a mesma, como alternativa recorri as fontes orais para (re)construir essa memória. A entrevista aconteceu com um dos moradores mais antigos da comunidade do

Sítio Grande, Sr. Ciriaco Moares Matos, de 77 anos, pescador. A comunidade não possui igreja, nem centro comunitário. Também não tem posto de saúde e nem escola. A única referência é a sede do Comitê da RESEX construído pelos próprios moradores sem apoio nenhum de órgãos públicos. Abaixo um trecho da entrevista com o Seu Ciriaco, em sua residência, sobre como surgiu a comunidade do Sítio Grande:

...Nós chegamos aqui ...foi... Tá com 56 anos que nós chegamos aqui. Aí papai comprou esse terreno aqui... Eu cheguei aqui tinha 16 anos.... Aí foi indo , foi indo.... foi aumentando aqui...papai teve 14 filhos.... Aí a terra era grande todo mundo ficou pra morar aqui e daí ficou o nome da comunidade de sítio grande, porque era um terreno muito grande, né... E de 1985 pra cá veio morar mais gente, antes era só nossa família. Agora a gente já tem 10 famílias aqui.(Ciriaco, comunidade do Sítio Grande, 2013)



Figura 18: Entrevista com o Sr. Ciriaco, usuário da RESEX , morador da comunidade do Sítio Grande Camutá

Na tentativa de construir essa memória escrita sobre a criação da comunidade do Sítio Grande, tentei durante os momentos de convivência na comunidade, identificar a moradora ou morador mais antigo da vila, segundo os moradores mais antigos, a moradora que primeiro

chegou na vila é a senhora Maria de Moraes Matos de 92 anos, mãe de seu Ciríaco. Dona Maria contou-me que ao chegar à comunidade do Sítio Grande Camutá nada existia além de “muito mato”, segundo Dona Maria as famílias foram chegando e os casamentos iam ocorrendo entre essas mesmas famílias, ninguém saiu da localidade para morar em outro local. Ela também relembra que antes a floresta era maior, a mata era mais preservada, as pessoas que chegavam pra morar foram desmatando para construir suas casas e isso mudou muito rápido aquele espaço.

“Eu vim com meu marido pra cá, aqui era só mato, uma imensidão, ninguém tinha visto tanta terra. Daí a gente ficou , construiu nossa casa e fomos trabalhar na roça... Depois ele foi pra pesca e nós criamos toda nossa família com isso... eu nunca saí daqui, nem tenho vontade, aqui a vida é muito boa.” (Maria Moraes Matos, 92 anos, lavradora)

Seu Ciríaco é pai de Miguel Iranildo Azevedo, este é pescador, tem 30 anos e está associado na ASSUREMACATA, Miguel Iranildo, também é conhecido popularmente como Del, o mesmo não possui uma relação direta com o Comitê da Associação e tão pouco com sua Diretoria. Este é um fator importante para entender como quem está de fora compreendeu a criação da RESEX:

A resex surgiu quando os pescadores foram chamados para uma assembleia sobre o projeto Lula com o INCRA, que daí viria benefícios pra gente, como veio mesmo, veio a casa, essa minha casa aqui ó, eu nunca ia ter condições de construir de alvenaria.... por isso que esse projeto é bom, ajudou quem precisa, e em troca a gente cuida do rio. (Azevedo, 2013)

A relação estabelecida com o INCRA, o ex-presidente Lula e os benefícios como a casa, demonstram que houve uma certa confusão no entendimento do sentido real do que é uma reserva extrativista. Porém esta é uma reflexão que faremos mais adiante.



Figura 19: Miguel Iranildo Azevedo, pescador artesanal, usuário da RESEX e associado da ASSUREMACATA.



Figura 20: Entrevista com Miguel Iranildo Azevedo, pescador artesanal.



Figura 21: Habitação adquirida através do Programa de Assentamentos Rurais do INCRA.

4 RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA CAETÉ-TAPERAÇU: conflitos, relações de poder e representações.

“As manifestações da sociabilidade, os grupos, as classes sociais, mudam de caráter em função das sociedades globais em que estão integrados; inversamente, as sociedades globais se modificam de cima a baixo sob a influência da mudança de hierarquia e de orientação das primeiras. (Georg Simmel)

4.1 Conflitos e identificações

Neste capítulo pretendo de forma mais aprofundada analisar alguns dos conflitos existentes neste cenário de reserva extrativista marinha, que foram citados nos capítulos anteriores, observando como os usuários se identificam com este espaço e as representações que fazem dele.

Nos documentos, processos e trajetórias descritos até aqui, aparece o tema do conflito nos discursos da criação da RESEX. Isso demonstra que desde esse momento já houve dúvidas, confusões e falta de esclarecimento. Nos momentos da pesquisa de campo em que não foram feitas entrevistas temáticas e sim praticada a observação participante, era comum presenciar momentos em que o termo reserva extrativista se confundia com o de outros agentes sociais envolvidos nesse processo, como por exemplo, o INCRA, o IBAMA, e até mesmo a UFPA. Na pesquisa feita pelos pesquisadores Aquiles Simões e Lourdes Hennen Ritter em Caratateua (comunidade fundada pelos colonizadores portugueses entre os séculos de XVII e XVIII e que tem sua economia baseada na coleta e catação do caranguejo), observamos uma série de desencontros nos discursos de alguns usuários.

Observemos o trecho abaixo

Embora o poder público, por intermédio do IBAMA e de ONGs, como AMOVMARÉ e Colônia de Pescadores, tenham demonstrado empenho na constituição da RESEX, adotando uma política de “Projeto Participativo no que se refere aos passos metodológicos, buscando o envolvimento da comunidade local no processo, chamando-a para as reuniões de discussão do problema da gestão dos recursos naturais, chegando até mesmo à elaboração de acordos e contratos com os usuários, a fala dos diversos agentes denuncia a inexistência de uma negociação consensual. (SIMÕES, 2002, RITTER: 169)



Figura 22 - Igreja da Comunidade de Caratateua

Percebemos que o desencontro entre os agentes sociais acima citados demonstra uma ausência da demanda local negociada em torno da questão. Essa negociação passaria a priori pela confrontação dos diversos mundos de referência dos indivíduos (BERGER; LUCKMANN, 1986), pela mediação dos diferentes interesses em jogo e por injunções de natureza diversa, pela consideração da diversidade dos agentes e de seus respectivos espaços de legitimação, pelo reconhecimento das alteridades, enfim, pelo desenvolvimento de procedimentos que permitam a esses agentes encontrar-se diante de um problema comum, relativo à gestão dos recursos naturais e do território, e que valorizem suas experiências e saberes, motivando-os para a ação coletiva. (SIMÕES, 2002).

Os dados recolhidos em Caratateua demonstram que o reconhecimento dos saberes e a valorização das experiências dos mediados como constitutivo do projeto de criação da RESEX não foram fatores levados em consideração. Podemos afirmar isto através de alguns

exemplos reveladores: “De onde vem o interesse pela criação da reserva? Reserva extrativista pra quem?”

A ideia foi IBAMA- CNPT, AMOVMARÉ, Colônia dos Pescadores de Bragança, do pessoal da Universidade, mas a comunidade gostou e aceitou a ideia, (85 pessoas participaram da reunião para criar os acordos). A comunidade que indicou o que tinha que ser proibido (tirador de caranguejo). (Entrevista feita por Aquiles Simões e Lourdes Henchen Ritter , publicada no livro Gente, Ambiente e Pesquisa)

Observemos outros discursos

A criação da reserva extrativista surgiu a partir do interesse comunitário daquela localidade. O papel dos órgãos afins foi e é somente de assessorar, mas cabe a eles o compromisso de organizarem-se e sentirem-se responsáveis pelo cumprimento e por fazer cumprir os acordos que eles mesmos elaboraram. Fazer cumprir seria mais eficiente com a constituição da reserva já que os moradores da localidade seriam cadastrados e se distinguiriam dos extratores de outros locais que viriam para explorar os recursos. Com isso se criaria um comitê de fiscalização do mangual que principalmente identificaria e analisaria os métodos que os novatos utilizam para obter os produtos, e caberia a eles divulgar e denunciar as práticas predatórias. Ela tem como objetivo proporcionar a disponibilidade da comunidade fiscalizar, não havendo necessidade de se contratar pessoas do IBAMA. É uma maneira de se manter os manguais, porque vai se evitar que aconteçam práticas irregulares com a elaboração dos acordos. (presidente da AMOVMARÉ). (Entrevista feita por Aquiles Simões e Lourdes Henchen Ritter , publicada no livro Gente, Ambiente e Pesquisa)

A discussão para a criação da reserva teve como início uma reunião com explanação do objetivo da reserva e seu benefício. Foi criado grupos entre eles para a discussão do que viam de bem e de mal na comunidade. Os resultados foram analisados e ali naquele momento foi assinado o acordo(...) (líder da Colônia de Pescadores) (Entrevista feita por Aquiles Simões e Lourdes Henchen Ritter , publicada no livro Gente, Ambiente e Pesquisa)

“(haverá uma) gestão de cooperação de poderes públicos e usuários como fiscalização e conservação que ficam com a comunidade e o governo com as questões legais. A problemática das áreas costeiras é nova, tem que ser construída, vai ter muitos erros. O que deve predominar é a questão do bom senso. A questão da pressão populacional é muito grave. Com esta pressão populacional não tem como preservar a reserva: é preciso controle populacional, analisar a questão da diversidade, sondar como está o movimento social aqui da região, qual a demanda do poder público, se haverá um processo educativo, as pesquisas aqui é que vão indicar isso. (Coordenador do CNPT/IBAMA) (Entrevista feita por Aquiles Simões e Lourdes Henchen Ritter, publicada no livro Gente, Ambiente e Pesquisa)

Nas falas acima percebemos que nenhum dos atores sociais diz propositadamente que a RESEX é do seu próprio interesse, ou seja, que é um projeto seu: ela é sempre atribuída como sendo uma iniciativa do “outro”. Isto pode também mascarar outros conflitos e interesses. Nos estudos feitos por Simões (2002) percebe-se uma grande expectativa sobre uma provável quantia que seria concedida aos extratores durante o período em que não realizassem as atividades de “tiração” de caranguejo (retirada do mangue) na época do defeso. Seria uma quantia dada pelo IBAMA a título de seguro-desemprego. Talvez essa expectativa tenha tornado ainda mais evidente o desencontro entre os diálogos, pois enquanto o CNPT trata da criação da RESEX como forma de promover o manejo sustentável a partir da sensibilização dos moradores, para alguns comunitários o que fica evidente é o auxílio financeiro: *a gestão da reserva terá um programa de implantação e desenvolvimento que preserve o meio ambiente, um recurso de montar um meio de melhorar as condições de vida através de empréstimos no banco e órgãos governamentais para os usuários* (Presidente da Colônia dos Pescadores). (Entrevista feita por Aquiles Simões e Lourdes Henchen Ritter, publicada no livro Gente, Ambiente e Pesquisa)

A criação da RESEX deveria ocorrer a partir de uma demanda social, de um processo de construção feito em espaços de diálogos onde podem surgir novas práticas sociais, porém algumas vezes esse projeto enfraquece quando alguns comunitários o veem apenas como uma forma de conseguir recursos financeiros

Concordo com a criação da reserva porque os recursos estão diminuindo, espero que os órgãos responsáveis solucionem esta questão, mas como não vai pra frente quase nada que se discute ou planeje aqui na comunidade, este também não vai vingar. (...) Eles falaram de uma ajuda financeira prometida e que não deu em nada. Estamos esperando. (tirador de caranguejo). (Entrevista feita por Aquiles Simões e Lourdes Henchen Ritter , publicada no livro Gente, Ambiente e Pesquisa)

No mesmo texto, observamos que as estratégias de certos agentes locais- no caso, os mais desprovidos de capital, estando, portanto, em posição desfavorável no espaço social local- indicam a manutenção do hábito clientelista

A RESEX seria muito bom porque preservaria a localidade, Reserva é para deixar alguns meses sem consumo e extração do mangue. O IBAMA disponibiliza um salário mínimo para cada família (...) Nenhuma embarcação poderá fazer o marisco . (Catadora de Caranguejo).(Aquiles e Simões)

“ No dia em que foi falado na reunião da RESEX primeiro ofereceram cinquenta reais e uma cesta de alimentos, aí ninguém aceitou. Depois disseram que dariam um salário e o pessoal ficou animado. Meu marido tem um roça, faz farinha para o consumo, tira lenha para cozinhar o caranguejo, mas só do mato, do mangal não, e então nós podemos sobreviver assim, mas tem gente que só sabe tirar caranguejo. (Catadora de caranguejo) (Entrevista feita por Aquiles Simões e Lourdes Henchen Ritter , publicada no livro Gente, Ambiente e Pesquisa)

Sem duvida há uma grande perspectiva em relação a uma possível quantia que seria dada aos extratores durante o período em que não realizassem as atividades- na época do defeso. Trata-se, de uma quantia concedida pelo Ministério do Trabalho como uma espécie de seguro-desemprego, o que exige que os usuários estejam regularizados com carteira desse órgão e matriculados na Colônia de Pescadores. Quanto à possibilidade de essa área se tornar uma reserva extrativista, as opiniões dos usuários divergem, de acordo com a atividade que

desenvolvem. Alguns pescadores veem a reserva como um esforço ineficiente no que se refere a sua atividade. Isto ocorre principalmente porque a fiscalização, segundo eles, só é feita “em cima dos pescadores artesanais” e as grandes embarcações são geralmente melhor equipadas com utensílios para a pesca (redes maiores, principalmente) e não há preocupação de evitar a pesca predatória.

Segundo Simões (2009), para a maioria dos tiradores de caranguejo entrevistados a reserva representava um controle do uso dos recursos por agentes externos, no sentido de impedir que a atividade de coleta fosse realizada em época de “defeso”, caracterizado pela saída dos caranguejos das galerias (tocas). Após essa etapa, torna-se bastante difícil a captura, uma vez que os caranguejos aprofundam-se nas galerias, munidos da alimentação necessária para o período de ecdise (troca de carapaça), nos meses de janeiro a março, período em que os tiradores receberiam a ajuda governamental.

Este discurso vai de encontro ao discurso do coordenador do CNPT: aqueles usuários não receberão ajuda financeira por não ser possível atender a todos os envolvidos nas mudanças do processo extrativo, como tiradores, catadoras, etc.

Os tiradores entregam os caranguejos para serem catados por mulheres da localidade, e posteriormente estes são comercializados por pequenos comerciantes também residentes na localidade chamados de atravessadores. Se houvesse dinheiro disponível para os tiradores paralisassem suas atividades no “defeso”, também haveria de ter para as catadeiras e conseqüentemente os atravessadores ficariam sem exercer a sua atividade neste período (coordenador do CNPT). (Entrevista feita por Aquiles Simões e Lourdes Henchen Ritter, publicada no livro *Gente, Ambiente e Pesquisa*)

Fica claro que não há uma unidade na linguagem entre esses dois agentes sociais e isto depende da capacidade de transitar cognitivamente no universo de referência do outro, e essa interligação de mundos supõe um reconhecimento das alteridades (HEBETTE, 1996), os mediadores e mediados devem apreender, estando os mesmos imbricados e imbuídos de um mesmo propósito

as relações que são construídas a partir dos significados atribuídos aos recursos e aos temas que são delas expressivos, enfatizando conflitos, tensões e problemas estruturantes das práticas deles mesmos enquanto agentes sociais diante da dinâmica de relações a priori indefiníveis, de desdobramentos inerentes a inesperados e de reapropriações (NEVES, 1997^a, p.32).

Mas por que é tão importante a participação local nas decisões a respeito do desenvolvimento organizacional almejado? Porque a participação, ao incentivar o envolvimento e a capacitação dos atores atingidos, traz muitos benefícios: negociação de acordos com vantagens mútuas, aumento da obediência às regras, maior confiança entre as autoridades e o público atingido, prevenção ou diminuição dos conflitos, formação de recursos humanos, alianças entre interesses locais e nacionais, formação de uma sociedade mais democrática e justa, retornos ambientais sustentáveis, divisão das responsabilidades, reduzindo as obrigações das autoridades, e integração do trabalho de conservação com interesses culturais, sociais e econômicos. (DUARTE e CABRAL, 2002, p.228).

Nas minhas observações prévias e durante a minha pesquisa de campo, notou-se outro conflito que também trago para esta discussão: os conflitos referentes às relações de poder que acontecem tanto no espaço administrativo da RESEX quanto nas comunidades que a compõem. A sede da ASSUREMACATA (Associação dos usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçú) fica em um terreno próprio, na comunidade do Acarajó a 10km de Bragança. É lá que acontecem as reuniões do Conselho Deliberativo, dos representantes dos comitês das comunidades e também o atendimento aos usuários. A criação da Associação é um dos passos exigidos pela lei antes da implantação da Unidade de Conservação, pois ela tem o objetivo de constituir a representação dos usuários da reserva. As Associações em reservas extrativistas simbolizam a luta dos extrativistas em prol de fazer acontecer reivindicações coletivas. É um espaço de tomada de decisões e quem está presente constantemente detém as informações e serviços que muitas vezes não chegam aos demais usuários. Sejam elas avisos, instruções normativas, termos, leis, entre outras, ficam somente sob “domínio” daqueles que participam constantemente das reuniões na sede da ASSUREMACATA. As associações passaram a ser também responsáveis pela gestão das áreas e pelo controle sobre a utilização dos recursos, as quais, pelo contrato, ficam sob a fiscalização do poder público (ALLEGRETTI, 1994: 27).

É claro que como em qualquer tipo de organização fica muito difícil que as informações sejam simétricas, porém neste cenário as implicações são muito mais críticas, já que em alguns momentos chego a perceber através das observações em campo que as informações são manipuladas. Uma forma de privilegiar alguns em detrimento de outros, ou seja, aqueles que têm mais afinidade ou que são “parceiros”, no sentido de apoiar a forma de administrar da diretoria da Associação da RESEX, são beneficiados com as informações sobre a construção de casas, sobre recursos financeiros, apoio à atividade profissional, dentre outras informações. Este é um dos fatores de maiores reclamações entre os usuários, aqueles que não fazem parte dos Comitês e/ou não estão ligados diretamente ao “centro administrativo” da RESEX dizem que os benefícios só vêm para os escolhidos pelo que estão à frente da Associação.

Vejamos algumas falas coletadas por mim, em comunidades diferentes:

Lá na comunidade do Castelo, todinhos os parentes do Presidente da RESEX já ganharam casa, eles sabem de tudo que acontece lá (na Associação), eles dizem só o que querem pra gente, mas os parentes deles sabem de tudo.” (Nilda, pescadora, Pontinha do Bacuriteua).

Sobre a carteira de pescador:

“A gente nem sabe como faz pra tirar a carteira de pescador, tem gente cobrando 30,00 R\$, a Colônia cobra 50,00 R\$. Agora, você vai na RESEX e eles só te dão a informação quando eles querem, e ainda enrolam a gente. (Ivanilson, catador de caranguejo, comunidade do Treme).

A gente que vive aqui na comunidade do Taperaçu-Porto nunca foi chamado pra uma reunião lá na Sede, eles só mandam os avisos pelos pessoal do Comitê, a gente só sabe o que eles dizem, só o que eles querem dizer (Raimundo Santana, pescador, comunidade do Taperaçu-Porto).

Acredito que isto possa aumentar ainda mais os conflitos existentes no espaço da RESEX Caeté-Taperaçu, visto que se cria um sentimento de rejeição ou exclusão, por parte daqueles que não acessam as políticas ou programas, o que acaba por comprometer toda a história e o sentido real da criação da reserva extrativista. Vejamos em entrevista coletada por mim na comunidade do Treme, área de entorno da RESEX.

Eu pago a RESEX há mais de quatro anos e nunca ganhei nada, tem gente perto da minha casa que pagou só dois meses e já ganhou a casa, nada do que eles prometeram aconteceu (Adailton-pescador artesanal- Comunidade do Treme)

Nota-se que há uma confusão sobre a forma de acesso às políticas e programas destinados aos territórios das RESEX, com o pagamento referente à mensalidade da Associação, como se pagar as mensalidades (no valor de 10,00 R\$ que serve também para garantir a sustentabilidade da Associação), fosse uma forma de ter acesso direto e certo aos recursos. Isto demonstra como a ausência de informação, ou mesmo a informação manipulada, pode afetar o desenvolvimento organizacional e social destes pescadores artesanais. Afirimo isto por entender que o desenvolvimento organizacional passa pelo envolvimento e compreensão de todos(as) sobre os elementos centrais de suas informações e ideologias no sentido de ter um entendimento, não único sobre todas as coisas, porém que este seja capaz de criar meios e subsídios que nutram a busca pelo que se luta.

Para discutir as relações de poder estabelecidas no campo de pesquisa por mim estabelecido, me reportarei ao filósofo Michel Foucault, por entender que o mesmo não trata o poder como uma relação unitária e estável que pressupõe condições históricas e de emergências complexas e que implicam efeitos múltiplos (REVEL, 2005, p.67). Michel Foucault disse que o poder não existe, o que existe são as relações de poder. Considerado um teórico do poder, Foucault se recusou dizendo que fez “uma análise diferencial dos diferentes níveis de poder dentro da sociedade” (FOUCAULT, 2001, p.180). O discurso não é

simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT, 1970, p.10).

Nas maiores comunidades que compõem a reserva extrativista marinha Caeté-Taperaçu existem vários níveis e formas de relação de poder, seja na forma do discurso, da ação prática ou da concepção de ideias (ideologias). Estas relações permeiam as atividades profissionais (pesca, tiração e catação de caranguejo, etc); os espaços de reunião e tomada de decisão (reuniões do conselho deliberativo da RESEX, reuniões dos comitês das comunidade, etc); as relações de gênero (homem e mulher, homossexuais, idosos e jovens, dentre outras); conjunturas que ainda são complicadas de nos embrenharmos ou mesmo perceber e abordar.

Em uma sociedade como a nossa, é certo, conhecemos, procedimentos de **exclusão**. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, virtual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar. Notaria apenas, que em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como e o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. (FOUCAULT, 1970. p.10)

As relações estabelecidas são determinantes para a forma como a Associação é percebida por parte dos usuários. O poder que está na mão daqueles que compõem a Diretoria Administrativa da Associação sobre aqueles que compõem os Comitês é também repassado para aqueles que participam de forma menos ativa na Associação ou mesmo para aqueles que ficam somente nas comunidades. Porém quando há eleição para que em Assembleia se vote sobre qual empresa será contratada para construir as casas que serão entregues aos usuários o poder volta para a mão dos mesmos. Pois é preciso do voto dos usuários presentes na Assembleia para que a construtora A, B ou C seja eleita e aprovada para realizar as obras de construção das casas que foram destinadas para aquela área de RESEX. Mesmo o poder estando, por ora, na mão destes usuários, aqui também há uma tentativa de manipular o voto destes, já que existe o interesse por parte de alguns da Diretoria da Associação, composta por 4 membros : Presidente, Vice-Presidente, Tesoureiro e Secretário, de obter benefícios da construtora que ganhar a votação. Benefício este que pode ser desde construir a casa de alguns

“privilegiados” com mais rapidez até recursos financeiros. Segundo o ex-Presidente da Associação, Sr. Zeca Rocha, tais recursos são utilizados para a melhoria da Sede da Associação, a qual ainda hoje está em processo de construção, porém não se tem dados concretos de como esse acordo é feito e de como de fato esse recurso é investido.

Quando analisamos a questão do poder, percebemos que ela está de fato, inserida nas relações sociais, políticas, econômicas e tecnológicas, dentro de uma sociedade. Os indivíduos que dela fazem parte, segundo Foucault, exercem-no de todas as formas e em várias situações: ora dominando, ora sendo dominados (BARBOSA, 2008). “O poder vem de baixo. Investe-se nas estruturas e clivagens da vida cotidiana, encontra-se onipresente nos regimes cotidianos de saber e verdade. (...) no esquema foucaultiano o poder constitui os sujeitos” (SAHLINS, 2004, p. 129). O exercício do poder necessita ser entendido por meio das estratégias e táticas.

Foucault afirma que a força se define por seu poder de afetar outras forças e ser por ela afetado. Está também relacionado ao saber, e embora possuam diferenças e papéis específicos conseguem se articular. O poder deve ser também compreendido como exercício e o saber como um estatuto que nos remeta a uma reflexão entre estas duas forças. (BARBOSA, 2008).

Os moradores das áreas de RESEX são responsáveis por criar um plano de utilização do local, o qual deve ser aprovado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA e pelo Instituto Chico Mendes para Biodiversidade - ICMBio. Nele, há desde a capacitação de moradores para determinadas atividades até a implantação de alternativas de renda que contribuam para a melhoria das condições de vida das famílias que utilizam as RESEX. O Plano de Utilização da RESEX Caeté-Taperaçu é datado de 2005 e visa orientar e organizar as atividades dos usuários, estabelecendo regras para o uso dos recursos “ - definindo as formas de exploração sem que ocorra prejuízo ao meio ambiente (...), este plano também expressa a preocupação e o compromisso das comunidades com renovação e a continuidade dos recursos da reserva para futuras gerações” (PLANO DE USO DA RESEX Caeté-Taperaçu).

Grande parte dos usuários da RESEX Caeté-Taperaçu diz não ter conhecimento deste Plano de Utilização, e aqueles que sabem da existência do Plano reclamam que os usuários sempre se colocam à disposição para “acatar” o que está posto no Plano, porém sentem-se sempre “acuados” pelos órgãos ambientais que não levam em consideração suas práticas de trabalho.

São responsáveis pela execução do plano —1) todos os usuários da Reserva [...] considerando que este foi construído a partir das opiniões e propostas dos próprios usuários e que expressa seus interesses e necessidades reais; 2) a Associação-mãe dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçú é diretamente responsável pela aplicação dessas regras, pois representa os usuários de todas as comunidades que compõem a RESEX; 3) as demais associações e entidades representativas de classe e organizações das comunidades são co-responsáveis [...] por considerá-las entidades representativas dos interesses dos extrativistas e pescadores (as) locais; 4) são co-responsáveis também os Órgãos Públicos Ambientais Federais, Estaduais e Municipais, bem como o poder judiciário em todos os níveis (PLANO DE USO DA REM Caeté-Taperaçu). A competência em resolver as questões e os conflitos decorrentes da execução do plano é função compartilhada entre o Conselho Deliberativo da Reserva e o IBAMA. Embora decisões partam também dos representantes da comunidade no Conselho, mas a condição de tutela do governo limita suas demandas. (Plano de Utilização-RESEX Caeté-Taperaçú)

A falta de conhecimento do Plano de Utilização é um fator determinante quando afirmo que as informações não são repassadas de forma sólida e transparente para todas as comunidades. Isto se torna ainda mais grave quando o próprio documento diz que todos os usuários da Reserva são responsáveis pela execução do Plano, considerando que este foi construído a partir das opiniões e propostas dos próprios usuários e que expressa seus interesses e necessidades reais.

Como um Plano pode normatizar que todos os usuários são responsáveis pela sua execução se a grande maioria dos usuários não tem conhecimento algum sobre ele?

De fato torna-se uma tarefa complicada executar algo em que não se teve participação alguma ou ainda, se não teve participação dos usuários talvez não demonstre de fato seus interesses e necessidades reais. Isso pode explicar o porquê de tantos conflitos entre usuários e o IBAMA, pois as necessidades e os interesses divergem. Talvez fosse preciso que o IBAMA se aproximasse da realidade dos usuários e percebessem seus reais interesses. Afirmo isto por não ter em Bragança um posto local do IBAMA, e os agentes só virem em períodos de fiscalização, sem a vontade de compreender os modos de trabalhos dos usuários. Lobão acredita que estamos mais perto de construir uma nova economia política do ressentimento do que uma política do reconhecimento, ou da redistribuição. Em uma sociedade em que a instrumentalidade do espaço natural tem um signo positivo, a sacralidade da natureza intocada está muito longe de ser apenas um mito: é uma violência.

Todas as ações e políticas que devem ser destinadas a esses grupos visam ao desenvolvimento sustentável- conceito heterogêneo- e são integrantes de um modelo de planejamento de ações e políticas públicas mesmo que participativamente, introduz ferramentas e procedimentos homogeneizantes, aos quais nem todos os grupos conseguem aderir , ou assimilar para desfrutar de benefícios e superar necessidades. Será necessário que os grupos ou e submetam voluntariamente à tutela, pelo Estado ou por entidades ou personagens da sociedade civil, ou seus representantes apreendam e compartilhem de uma nova “mesmidade” com a sociedade envolvente. Ou apenas aspectos comunicativos serão necessários? (LOBÃO, 2010, p: 271)

Já o Plano de Manejo tornou-se um impasse. Posteriormente à convocação pública para a seleção de consultores pelo ICMBio, o profissional selecionado teria junto com uma equipe um prazo máximo de dois anos para a conclusão dos trabalhos, já que uma Unidade de Conservação tem que oficialmente apresentar o seu Plano de Manejo num prazo limite de cinco anos. Somente agora no sétimo ano de existência o Plano de Manejo foi finalizado e está em análise pelo ICMBio em Brasília. Um fator que pode ter contribuído para este atraso foi a participação de diversas entidades no grupo de trabalho para criação deste documento, como por exemplo, a UFPA e a Prefeitura Municipal de Bragança, através das secretarias afins, as disputas internas para que o conhecimento e a experiência de cada entidade prevalecesse dificultou a finalização do Plano

Quando analisamos a questão do poder, percebemos que ela está de fato, inserida nas relações sociais, políticas, econômicas e tecnológicas, dentro de uma sociedade. Os indivíduos que dela fazem parte, segundo Foucault, exercem-no de todas as formas e em várias situações: hora dominando, hora sendo dominado. No entanto, vale ressaltar que uma causa sempre gera um efeito. Portanto, enfrentamentos são constantes por parte dos que se sentem incomodados com o poder exercido pelo Estado, pelas instituições,etc. (BARBOSA, 2008)

Tendo como base as conversas informais em campo e algumas anotações no caderno de campo, percebo que a maioria dos associados/usuários não detém conhecimento de fato do que significa RESEX. Há muita confusão com a palavra e seu sentido legítimo, alguns a confundem com o IBAMA, o INCRA, o ICMBio ou mesmo com a própria associação da RESEX a ASSUREMACATA.

A RESEX é a ASSUREMACATA , as duas são a mesma coisa, é através delas que vem o benefício. E ela veio pra cá por causa do projeto do Lula, através do INCRA, entendeu ? Lá na RESEX tem os comitês , eles que passam as informações pra gente.(Azevedo pescador, Sítio Grande Camutá, 2013).

Quando não se conhece algo fica muito mais complexo estabelecer uma relação de identificação, pois não se criam os laços fundamentais que nos ligam. Assim constituir vínculos com o processo pelo qual se começou a discutir a criação de reserva extrativista Caeté-Taperaçu torna-se algo complexo assim como estabelecer uma identificação com termo. As opiniões diferem e os conceitos também, o que gera uma sensação de confusão do termo, sensação essa que posso afirmar permeia a maioria das comunidades que compõem a Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu. É evidente que os “acordos” estabelecidos nas reuniões para a criação da RESEX não foram incorporados à prática cotidiana dos comunitários, isso porque não se mudam as práticas sociais da noite para o dia, de forma brusca. A gestão sustentável dos recursos naturais traz consigo a ideia de ação coletiva e voluntária, tendendo para o controle do desenvolvimento do território. A produção do consenso e a construção da regularidade do agir, ou seja, o surgimento de “novas” práticas sociais passa por um trabalho de recodificação, pela co-produção de códigos comuns associados a rupturas com os *habitus* preexistentes. Essa desconstrução primeira constitui o espaço social da mediação. (SIMÕES, 2002, p.179).

Muitíssimos usuários não estabelecem uma relação de identificação com a RESEX Marinha Caeté-Taperaçu, não se sentem “usuários” e sim “comunitários”, apenas pessoas que vivem no território, mas que não têm envolvimento com o processo de luta histórico na construção das RESEX. Os moradores da reserva extrativista, não se sentem participantes desse sistema de organização social e territorial que envolvem direitos e deveres, acesso e construção de políticas públicas, organização social, preservação ambiental, dentre outros.

4.2 Dois mundos, um só território

As pessoas não identificam mais seus interesses sociais exclusivamente em termos de classe; a classe não pode servir como um dispositivo discursivo ou uma categoria mobilizadora através da qual todos os variados interesses e todas as variadas identidades das pessoas possam ser reconciliados e representados. A identidade diz aquilo que somos como vivemos em sociedade e como nos comportamos diante de outros sujeitos que compõem uma sociedade. (STUART HALL, 2005: 18)

Através das pesquisas de campo e observação participante pude perceber as diferentes formas de representação da RESEX CAETE-TAPERACU, onde afirmo que existem pelo menos duas representações distintas da mesma: uma forma mais administrativa e política; e outra formada pelos demais usuários que não participam desse processo político, das mais importantes tomadas de decisão. Pretende-se nesse momento compreender como convivem essas representações de uma mesma RESEX.

Para um debate preliminar que possa anteceder as discussões acima evidenciadas me proponho neste momento a discutir um fator importante na criação das reservas extrativistas: a organização social dos pescadores(as) artesanais.

As reflexões de Antonio Gramsci sobre a relação entre pensar e agir e a crítica ao senso comum nortearão este debate sobre este espaço de organização social da Reserva Extrativista Marinha Caeté- Taperaçu. Minha escolha por Gramsci se dá através do pensamento de que a formação é o embrião para organização social. Partilhando desse pensamento, é necessário refletir sobre o processo de desenvolvimento estabelecido nas organizações sociais atuais, especificamente neste caso, as Reservas Extrativistas Marinhas

Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se “distingue” e não se torna independente “para si” sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas “especializadas” na elaboração conceitual e filosófica (GRAMSCI, 1978, p.21).

É através dessa reflexão crítica do senso comum, da relação entre pensar e agir, que se manifesta a filosofia da práxis, constituindo-se numa atitude polêmica, como superação da maneira de pensar anterior e do pensamento concreto existente. A filosofia da práxis não busca manter os “simples” na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior (GRAMSCI 1999, p. 103)

O fato é que tomando como referência a Filosofia da Práxis, expressão formulada por Gramsci durante a ditadura de Mussolini na Itália, da unidade entre teoria e prática (pensar e agir), torna-se central o conceito de hegemonia. A conquista da hegemonia depende da práxis para se consubstanciar social e politicamente. Ela envolve diversas dimensões das instâncias sociais. Portanto, temos aqui a hegemonia entendida não apenas como direção política, mas também direção moral, cultural, ideológica. Por isso, Gramsci considera importante a formação de uma classe de intelectuais para coordenar o processo de transformação e consolidação da hegemonia proletária, visto que ela exige referenciais teóricos e estratégia tática.

Para Gramsci, são os intelectuais orgânicos que levam as classes sociais à mobilização social: no caso das camadas subalternas, para o seu engajamento político e na luta pela emancipação. Para ele, o intelectual, mediador entre a sociedade política (Estado) e os movimentos sociais (sociedade civil), tem um papel importantíssimo na organização dos atores sociais, no processo de articulação de estratégias para criar hegemonia da classe trabalhadora. Esse intelectual, porém, é orgânico no sentido de emergir da mesma experiência social do grupo ao qual ele se liga.

Como afirmava Gramsci, a mudança começa com a formação de novos homens, sujeitos que se reconheçam “intelectuais” e capazes de intervir integralmente na sociedade.

De resto, a organicidade de pensamento e a solidez cultural só poderiam ocorrer se entre os intelectuais e os simples se verificasse a mesma unidade que deve existir entre teoria e prática, isto é, se os intelectuais tivessem sido organicamente os intelectuais daquelas massas, ou seja, se tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com a sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social. (GRAMSCI 1999, p. 100).

O Plano de Utilização da RESEX Caeté-Taperaçu datado em novembro de 2005 não contempla em suas atribuições a formação de agentes políticos conscientes da importância de seus saberes tradicionais. Um sujeito crítico e autêntico, capaz de avaliar e decidir por novos rumos para a coletividade, na perspectiva dos pensamentos gramscianos de formação de novos homens que possam agir politicamente, capazes de enfrentar as situações adversas e conseguir construir alternativas e mudanças. Para Gramsci (1978, p. 23), a filosofia, como ordem intelectual, é a crítica e a superação das condições dadas. Ela, então, colabora para elevar senso comum e aproximar do conhecimento científico, criando, assim, formas de entendimento da realidade, em suas diversas dimensões e complexos dialéticos. Como afirma Gramsci, uma filosofia da práxis só pode apresentar-se em uma atitude polêmica e crítica, sendo acima de tudo uma crítica do senso comum.

O agir em favor de intervenção numa determinada realidade é sempre uma ação política. “Eis a razão por que não se pode separar a filosofia da política e se pode mostrar, pelo contrário, que a opção e a crítica de uma concepção do mundo é, também, um ato político”, (GRAMSCI, 1978:24). O ato intelectual é, então, um ato político, pois consiste numa inserção ao contexto social, na decifração das relações de poder e nos processos de dominação.

4.3 A RESEX do poder e dos papéis

Para entender essa forma de perceber e viver, no campo da identificação a RESEX, procurei usuários que tivessem nascido em Bragança, para assim, buscar compreender quais as mudanças ocorridas na vida destas pessoas com a criação da RESEX, seja em seu cotidiano ou na vida profissional.

A Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu é composta por uma diretoria administrativa: Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro, bem como um Conselho Fiscal, dialoga com outras lideranças de classe, como o Conselho Nacional de Populações Extrativistas da Amazônia (CNS)²⁴⁷; com o poder público local, estadual e federal; com instituições de pesquisa; com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que é o órgão gestor das reservas extrativistas (PERES 2012, p.265). Os comitês que representam as comunidades são formados por seis representantes de cada polo a forma de escolha se dá pela indicação ou por eleição.



Figura 23: Reunião na sede da ASSUREMACATA.



Figura 24: Reunião dos representantes dos comitês.

Veja a seguir a divisão das comunidades em polos

Pólo	Comunidades
Pólo Cidade	Bairro Alegre Bairro da Aldeia Bairro Cereja Bairro do Morro Bairro Perpétuo Socorro Bairro Riozinho Bairro da Vila Sinhá
Pólo Bacuriteua	Comunidade da América Comunidade do Bacuriteua Comunidade do Castelo Comunidade da Pontinha do Bacuriteua Comunidade do Taperaçu-Porto Comunidade da Vila do Meio
Pólo Acarajó	Comunidade do Acarajó Grande Comunidade da Vila Rica Comunidade do Acarajózinho Comunidade do Inambucuí Comunidade do São Benedito Comunidade da Piçarreira
Pólo Ajuruteua	Comunidade do Campo do Meio Comunidade da Vila do Bonifácio Comunidade da Vila dos Pescadores
Pólo do Campo	Comunidade do Bom Jardim Comunidade do Abacateiro Comunidade do Cafezal Comunidade do Cajueiro Comunidade do Cariambá Comunidade do Ferreira Comunidade do Lago Comunidade do Lago do Povo Comunidade do Maçarico Comunidade da Ponta da Areia Comunidade de São Bento Comunidade de São José

	Comunidade do São Tomé Comunidade de Urubuquara
Pólo Tamatateua	Comunidade do Patalino Comunidade do Porto da Mangueira Comunidade do Retiro Comunidade da Serraria Comunidade do Taperaçu-Campo ou Acarpará Comunidade do Tamatateua
Pólo Caratateua	Comunidade do Camutá Comunidade do Caratateua Comunidade do Rio Grande Comunidade do Sítio Grande Comunidade da Taquadeua Comunidade da Vila Que Era Comunidade da Vila dos Lucas Comunidade do Chaú
Pólo Treme	Comunidade da Aciteua Comunidade do Eldorado Comunidade do Jandiaí Comunidade da Pimenteira Comunidade do São Domingos Comunidade da Vila Nova Comunidade do Treme

A Associação ainda tem a incumbência de realizar o cadastro de todos os usuários, uma vez que as reservas fazem parte do Programa de Reforma Agrária do INCRA, o que significa que após a implantação da RESEX os usuários deverão ser contemplados com os créditos de fomento e habitação, por meio dos Projetos de Assentamento Extrativista-PAE'S Atualmente com a presença do ICMBio, que é o gestor da RESEX, esse cadastro dos usuários passa por uma validação do ICMBio. Na tese de doutorado da antropóloga Ariadne Peres,

encontramos um depoimento que o primeiro presidente da ASSUREMACATA concedeu ao Jornal Amazônia sobre o cadastramento dos usuários

Seu Ziraldo Rocha em entrevista ao Jornal —Amazônial de 31 de maio de 2009 explica como tem se dado o processo de cadastramento, ou seja, afirma que —a associação, em contato com comitês em cada uma das comunidades de usuários da reserva, define quem tem prioridade para o recebimento do benefício. É o que ele chama de —ordem de necessidade], um critério menos técnico que subjetivo, que não está expresso na regulamentação federal das reservas extrativistas. Trata-se, portanto, de um critério local. Durante o cadastramento dos usuários da RESEX que tem sido feito pelos comitês, dados socioeconômicos também são obtidos de cada usuário, para que a associação possa auxiliá-lo em algum aspecto dentro da sua realidade local. —Não há uma diferença em relação aos usuários e moradores da reserva. Estes só são cadastrados se forem também usuários (ZIRALDO ROCHA, *Com. Pess.*). Este aspecto não tem sido esclarecido efetivamente entre os comunitários, o que tem suscitado equívocos. O cadastramento implica no pagamento de uma anuidade cujos valores são de dez reais por pessoa e vinte reais por casal.

Vejamos mais um trecho da entrevista:

Os créditos de habitação constituem a construção de uma moradia em alvenaria, seguindo um modelo único para todas as localidades. A entrega dos itens dos créditos de moradia, que chamam de - entrega e prestação de contas do fomento eram realizadas em reuniões regulares nas comunidades à medida que as mesmas iam sendo contempladas. Contudo, nem sempre as informações sobre o cadastramento e sobre a concessão dos créditos são recebidas a contento (PERES, 2012, p. 254).

Acontece que por parte da maioria dos usuários há uma grande reclamação sobre comitês gestores, por estarem direcionando a lista do INCRA e se basearem em critérios subjetivos. Vejamos o reflexo dessa questão através de entrevistas realizadas durante a minha pesquisa:

“O pessoal do comitê que escolhe quem vai pra relação de beneficiários. Tem um favorecimento pra quem trabalha no comitê e pros parentes. Do pessoal que trabalha no comitê,

têm gente com irmãos, cunhados, parentes que já ganharam a casa.” (Dell, pescador, Sítio Grande Camutá).

Para os que estão ligados diretamente a esta RESEX “do poder e dos papéis” estejam eles com cargos administrativos (presidente, vice, secretário ou tesoureiro); nos comitês, ou mesmo para aqueles que não possuem cargos, mas que atuam diretamente nas ações da ASSUREMACATA, a percepção que se tem da reserva extrativista é aquela vinculada à articulação dos benefícios do INCRA, à “organização” burocrática da documentação da ASSUREMACATA, às articulações políticas partidárias ou não. Criou-se um mundo que se distancia do modo vida cotidiano das comunidades e das relações e das atividades que lá acontecem. Os interesses que estão em jogo são determinados entre aumentar o número de usuários cadastrados para justificar um aumento na demanda de construção das habitações e garantir outras políticas similares e também utilizar estes benefícios como “trampolins políticos”, se valendo do mérito pela conquista dos benefícios que já são garantidos como política pública.

Esta afirmação é baseada também no fato de os dois últimos presidentes da Associação se terem lançado como vereadores no município de Bragança, utilizando como marca de campanha a captação dos créditos de apoio e habitação. Em alguns discursos (acompanhados por mim) feitos nas comunidades que compõem a RESEX, o fortalecimento dos pescadores artesanais também era empregado, porém o enfoque era sempre dado ao ganho das casas. O primeiro presidente da Associação, Óseas Saraiva Rocha, conhecido como Zeca Rocha, a se candidatar, ganhou o pleito, porém no ano de 2013 não garantiu sua reeleição. Alguns usuários julgam que houve um desgaste muito grande de sua imagem, pois como vereador não conseguiu corresponder as perspectivas dos pescadores(as). Este julgamento foi feito por estes usuários que participam de forma mais pontual da ASSUREMACATA, ou seja, apenas das reuniões que julgam mais importantes e percebidos por mim durante as observações nas comunidades e na sede da Associação.

“O Seu Zeca Rocha, ajudou muita gente quando tava na Associação, mas quando foi ser político, ele não fez nada, ninguém viu acontecer nada... (Binho, pescador artesanal, Sítio Grande Camutá.)”

Outras falas também aparecem com bastante frequência nas pesquisas de campo:

“Muita gente sabia que mesmo ele dizendo que tinha conseguido as casas pro pessoal, não era verdade, porque depois a gente descobriu que isso foi do governo do Lula, ele sim que deu a casa pra gente. Esse outro aí só quis foi ganhar voto na nossa costa” (Haroldo- pescador, Sítio Grande Camutá)

Ele devia ter continuado na Associação mesmo, fazia muito mais coisa lá, foi ser vereador e foi só enrolado por cobra criada que tem lá, acho até que ele se vendeu também. Nunca mais que ele ganha pra nada, muito menos pra vereador. (Cléia- Sítio Grande Camutá)

O segundo e atual presidente, Nelson Martins, ao se candidatar não conseguiu se eleger. Em conversa informal com alguns pescadores no Porto da comunidade do Treme, estes associam a sua não eleição ao vínculo com a imagem do antigo presidente e com a ideia de que este também não corresponderia as expectativas dos pescadores(as). O que acontece de fato é que a maioria das lideranças de pescadores artesanais na cidade de Bragança está vinculada a um determinado partido político e isto acarreta um desgaste e/ ou descrédito na figura dessas lideranças. Defino como liderança aquelas pessoas que se tornam referencia nas comunidades a partir do seu envolvimento nas ações, pessoas que a priori são respeitadas pelos comunitários e que conseguem ter um grande poder de articulação e mobilização na comunidade em que vivem.

O Partido dos Trabalhadores- PT é o partido com mais filiados políticos por parte das lideranças de pescadores. Atualmente podemos citar pelo menos 5 grandes lideranças que estão filiadas a este partido, porém somente uma delas , Zeca Rocha, chegou de fato a ganhar uma eleição. Somente o atual Presidente Nelson Martins filiou-se ao PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro, esta ação foi tida como ofensa por parte daqueles que estão filiados no PT, pois associam a filiação do atual presidente como uma traição ao movimento de luta dos pescadores artesanais.

3.4 A RESEX do trabalho

Andando pela comunidade do Sítio Grande Camutá, comunidade por mim escolhida para realizar esta etapa da pesquisa podemos observar as vias de acesso, algumas instalações existentes (tais como: tipos de casas, sede da Associação, rede elétrica), o relevo do terreno, a vegetação, as fontes e cursos d'água. Podemos observar igualmente como se dá o uso da terra (se há mata ou capoeira, pastos, plantações) e a condição do solo (se há sinais de degradação). Pode-se, inclusive, detectar alguns indicadores da estrutura fundiária e do sistema produtivo (roçados de pequenos agricultores, áreas de monocultura ou de pasto das fazendas) bem como da diferenciação social, como por exemplo, o tipo de casas e de carros e a forma como as pessoas se vestem. Contudo, há alguns aspectos presentes na comunidade que não podem ser vistos no momento. São aspectos sazonais, próprios de algumas épocas do ano ou de momentos específicos: o clima, as diferentes lavouras e suas técnicas de produção, o processo de comercialização.



Figura 25: Criadouro de frango na comunidade do Sítio Grande/Camutá.



Figura 26: Comunidade do Sítio Grande/Camutá



Figura 27: Filhos de pescadores artesanais no porto da comunidade do Sítio Grande/Camutá.

Os moradores do Sítio Grande (como é popularmente conhecida a comunidade) não sabiam o que era RESEX ou a identificavam com o INCRA associando a reserva (o

conceito) à concessão dos créditos de fomento. Assim como os moradores desta comunidade também não têm conhecimento nenhum da existência do Plano de Utilização da RESEX, afirmando que a preservação ambiental é algo que já fazem naturalmente em seu cotidiano e suas práticas de trabalho. Quando indagados sobre as mudanças que essa unidade de conservação trouxe a vida dos comunitários, estes dizem que de fato diminuiu o lixo jogado no rio e também a pesca predatória. Porém, as mudanças talvez sejam os créditos conseguidos através do INCRA e o discurso internalizado ou apropriado sobre preservação ambiental.

Os moradores da comunidade do Sítio Grande possuem um comitê e um representante que participa das reuniões na Associação e tem a tarefa de repassar as informações de tudo que acontece nestas reuniões. Entretanto o que observamos é que os moradores não têm nenhuma relação com a ASSUREMACATA que possa ir além deste representante no comitê. Desta forma, estes usuários mantêm suas formas de organização social, a partir das práticas de trabalho que já são estabelecidas na comunidade, e estabelecem também a sua forma de preservação ambiental e estão alheios aos acordos políticos e administrativos pactuados na sede da Associação.



Figura 28: Usuária da RESEX em seu trabalho cotidiano, comunidade do Sítio Grande/Camutá



Figura 29: Pescadora artesanal desenvolvendo trabalho cotidiano, rancho do Araí.

Esta outra forma de perceber a RESEX é vista por mim como se fosse um mundo a parte, afirmação baseada no fato das pessoas que vivem nas comunidades mais afastadas, como é o caso do Sítio Grande, não estarem presentes na sede da Associação. Muitas vezes não sabem nem onde fica o endereço, permanecem ausentes de toda a discussão que se tem sobre reserva extrativista unidade de conservação, desenvolvimento sustentável, dentre outras terminologias que lhes soam abstratas e distantes.



Figura 30: Fogão tradicional feito de madeira e tijolo.



Figura 31: Cozinha tradicional coberta com palha.

Para os usuários da comunidade do Sítio Grande o único momento em que eles sentem que moram numa reserva extrativista é quando se fala em “casa do INCRA”, sentem como se não vivessem em um território de conservação ambiental. As práticas diárias não mudaram em nada após a criação da RESEX:

“Eu acordo todo dia as cinco da madrugada, faço meu café, quando minha mulher não faz e saio pra pescar, e às vezes, passo dia todo pra lá, só venho lá pras seis horas, na boca da noite, é assim desde que comecei a pescar com meu pai, quando eu tinha onze anos. (Dell, pescador artesanal, comunidade do Sítio Grande).

Algumas falas registradas em campo demonstram que o cuidado com o meio ambiente vem desde muito antes a criação da RESEX. Seu Ciríaco, morador da comunidade do Sítio Grande, tem 77 anos e conta como era a relação dele com o meio ambiente ao sair pra pescar

... antigamente a gente ia pescar e só usava a rede maior, porque a gente sabia que rede de malha pequena só matava os peixes, então era melhor a gente cuidar pra gente sempre ter...



Figura 32: Pescador artesanal chegando no curral.

Em outro momento a gente vê a fartura do produto (o pescado):

*“ ... antes tinha muito peixe no mar, mas de uns dez anos pra cá, o pessoal começou a pescar de qualquer jeito, veio muita gente de fora e o nosso peixe bom mesmo, foi ficando escasso...”
(Ciríaco, pescador, Comunidade do Sítio Grande)*

Miguel Iranildo, conhecido como Dell, filho de seu Ciríaco, também morador do Sítio Grande, conta que aprendeu com o pai o cuidado com “as coisas da natureza”:

“Eu nasci e meu criei aqui no Sítio Grande e só uma vez eu vi o pessoal da Associação dizer pra gente cuidar do meio ambiente. Só vieram quando foi pra pegar assinatura e criar a RESEX, eles disseram pra gente não jogar garrafa no rio e tal, mas depois disso nunca mais. Mesmo antes deles a gente não jogava nada no rio, o pessoal dono de barco grande, dessas empresas aí é que jogam... Eu canso de ver o barco de um empresário que passa a tarde aqui no Rio Caeté e vai derramando óleo na água, chega fica a mancha. Isso a gente aqui da comunidade não faz, porque a gente cuida daquilo que é nosso.”

O fato de cuidar do meio ambiente por conta própria e de estabelecer as suas próprias regras de utilização do território faz dos usuários e das comunidades mais afastadas do “centro administrativo” da RESEX, como é o caso do Sítio Grande e seus moradores, tornarem-se um espaço diferente daquelas comunidades e/ usuários envolvidos diretamente na forma política e administrativa que vem sendo estabelecida pela Diretoria da Associação e principais lideranças dos Comitês.

Durante as pesquisas de campo realizadas no Sítio Grande, a atmosfera por mim sentida é que de fato vive-se em outro mundo, um outro ambiente, um lugar que não está constantemente permeado pelas discussões, debates e angústias vividas no centro administrativo da RESEX e as comunidades que são por ele afetadas. Comunidades maiores e que estão mais próximas deste centro, como por exemplo: Bacuriteua e Acarajó Grande, ainda sentem um pouco desse reflexo do sentimento de disputas, tensões, manipulações, que permeiam as relações na sede da Associação.

De fato estes dois mundos, afirmação por mim estabelecida no começo deste capítulo, diferem bastante, bem como a relação que seus usuários estabelecem com a Reserva Extrativista.

5 Aspectos Conclusivos

Fenômeno da modernidade, a crise civilizacional, indica que o modelo de desenvolvimento espalhado pelo mundo pelas nações mais ricas do Ocidente é uma ilusão. Um erro que toda a humanidade deverá compartilhar, embora de forma desigual, assim como tem sido a distribuição dos benefícios do crescimento econômico (Martins & Vicentim, 2011). O Estado moderno surgiu e se estruturou às custas de um projeto ambicioso e amplo: planejar racionalmente a sociedade (Martins & Vicentim, 2011). Segundo Bauman, (2006) “nasceu de uma força missionária, proselitista, de cruzada, empenhada em submeter às populações dominadas a um exame completo de modo a transformá-las numa sociedade ordeira, afinada com os preceitos da razão”.

Por cerca de duzentos anos, o mundo adotou um modelo de civilização baseado no desenvolvimento econômico, modelo este que hoje se mostra em seu limite de esgotamento: no limite físico, pela degradação ambiental que ameaça as diversas formas de vida do planeta; e no limite ético, pela desigualdade social entre as pessoas e as nações (Martins & Vicentim, 2011). O uso excessivo de recursos naturais como a água, o petróleo e a terra; a degradação ambiental; o consumismo exagerado; e a grande quantidade de resíduos gerados são, além de tudo, as consequências das drásticas alterações econômicas, políticas e culturais a que se deu o nome de “modernidade” e os rastros de uma humanidade que ainda se vê fora e distante da Natureza (Bauman, 1997).

A criação de Reservas Extrativistas (Resex), concebidas pelo Movimento Seringueiro na década de 1980, representou a principal conquista de um movimento que, oriundo da floresta amazônica, articulava-se com outros movimentos contra-hegemônicos de luta pela terra e de garantia de um modo de vida e cultura autônomos. Em função de seu histórico no enfrentamento de um modelo de desenvolvimento que valoriza a propriedade individual da terra para fins de acumulação de capital, em detrimento à propriedade e uso coletivos, as RESEX se apresentaram como uma das estratégias possíveis de construção societária que contrapunha os marcos estruturais do capitalismo (Cunha & Loureiro, 2007).

Os dados coletados e descritos procuraram identificar que a RESEX Caeté-Taperaçu é percebida através de dois mundos diferentes, um se representa no espaço administrativo e o outro espaço considerado natural, nesse espaço consideração estão localizadas as habitações, as escolas, as igrejas, as áreas de lazer, áreas de campos naturais, áreas agrícolas, quintais,

etc., ambientes que representam as práticas e modo de vida das comunidades e que devem ser levadas em consideração nos planos e instrumentos de gestão da RESEX Caeté-Taperaçu.

Sobre o processo de criação da RESEX Caeté-Taperaçu, considerando as finalidades para as quais esta unidade de conservação foi criada (principalmente no que diz respeito à proteção aos modos de vida das populações humanas locais e ao ambiente), considero ainda incipiente as mudanças ocorridas nesta área, já que o processo de implantação requer adaptações e o estabelecimento e intensificação do diálogo entre os atores sociais envolvidos: comunitários, lideranças, autoridades ambientais e o poder público.

A criação da RESEX como produto de uma ação coletiva sugere todo um trabalho de animação do projeto, de acompanhamento, de construção de indicadores-técnicos, sociais, econômicos e ambientais-, de avaliação e de troca de conhecimentos entre usuários. Isso requer o desenvolvimento de procedimentos de gestão e planejamento e de tomada de decisão em âmbito local. Quem assume? Quem faz o que? Como se avalia? Como definir se essa ação deve ser ampliada, redirecionada ou simplesmente abortada? A presença de mediadores sociais com competência organizacional e institucional para ajudar a construir estes dispositivos é um elemento de fundamental importância, mas para a RESEX Caeté-Taperaçu isto ainda é um desafio.

Portanto, através da pesquisa de campo etnográfica observou-se que as duas formas de representação da RESEX Caeté-Taperaçu diferem bastante, bem como a relação que seus usuários estabelecem com a Reserva Extrativista.

6 REFERÊNCIAS

ALEGRETTI, Mary Helena. **A construção social de políticas ambientais; Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros.** Tese (Doutorado)- Centro de Desenvolvimento Sustentável, Unidade de Brasília, Brasília, DF, 2002.

BARRETO F, H. T. **Da nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira.** Tese (Doutorado em Antropologia Social)- FFLC, USP, São Paulo. 2001.

BAUMAN, Z.: **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro: J. Zabar, 2003.

BECKER, Egon et al. **Sustainability: a cross disciplinary concept for social transformations.** Paris: UNESCO& ISOE, 1997.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas.** Rio de Janeiro: FGV, Editora, 2006.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo.** 2. ed. Brasília: Paralelo15; São Paulo Editora UNESP, 2000.

CHAMY, Paula . **Reservas extrativistas marinhas: um estudo sobre posse tradicional e sustentabilidade.** 2002.

CUNHA, M.C. **Populações tradicionais e conservação ambiental. In: Biodiversidade na Amazônia brasileira.** Brasília, DF: Instituto Socioambiental: Estação Liberdade. 1999.

CUNHA, L.H.O. **Reservas extrativistas: uma alternativa de produção e conservação da biodiversidade.** (no prelo), 2001.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Santos Gonçalves. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

CREADO, E.S.J. **Entre lugares e não lugares: restrições ambientais e supermodernidade no Parque Nacional do Jaú (AM)**. (Tese de doutorado). Programa de Doutorado em Ciências Sociais/IFCH, UNICAMP, Campinas, agosto de 2006.

DELGADO, L. A. N. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DIEGUES, A.C.S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo. Hucitec, 1996.

DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, Rinaldo. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília, DF: MMA/Probio, 2001.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering development. The making and unmaking of third world**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FABIAN, J. **Antropology with na attitude: critical essays**. Stanford: Stanford University Press, 2001.

FERREIRA, L.C. **Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil**. Revista Ambiente & Sociedade, Campinas, v. VII, n. I, p. 47-66, jan/jun 2004.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**, 3 ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 1999.

GLASER, M.; CABRAL, N e ADAGENOR, R: **Gente, ambiente e pesquisa: manejo transdisciplinar na manguezal**. Organizadores-Belém: NUMA/ UFPA, 2005.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LCT, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. *Cadernos no Cárcere*, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HABERMAS, J. **Struggles for recognition in the democratic constitutional state**. In: TAYLOR, Charles. *Multiculturalism: examining the politics of recognition*. New Jersey: Princeton University Press, 1994.

IUCN, **Guidelines for applying protected area management categories**. Gland, Switzerland: IUCN, 2008. (Edited by Nigel Dudley).

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LEVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento Selvagem**. Editora Plon Paris. 1962.

LOBÃO, Ronaldo. **Cosmologias políticas do neoliberalismo: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento**. Niterói, Editora da Universidade Federal de Fluminense, 2010.

MENDES, Ana Beatriz Vianna. **Conservação ambiental e direitos multiculturais: reflexões sobre justiça**. 2009. Tese (Doutorado em Ambiente & Sociedade) NEPAM, UNICAMP, Campinas.

MILTON, kay. **Environmentalism and cultural theory: exploring the role of anthropology in environmental discourse**, Routledge: London? New York, 1996.

KIRSCH, Stuart. **Property limits: debates on the body, nature and culture in Melanesia**. In: ANUÁRIO Antropológico 2002-2003. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

PERES, A. C. **Estudo Antropológico de uma comunidade na Reserva Extrativista Marinha Caeté- Taperaçu (Bragança-Pará-Brasil)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Pará. 2011.

PEREIRA, P. F.; SCARDUA, F.P. **Espaços territoriais especialmente protegidos: conceito e implicações jurídicas**. Revista Ambiente & Sociedade, Campinas, v. XI, n. I, p. 81-97, jan/jun. 2008.

REVEL., J. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. Judith Revel. Tradução Maria do Rosário Gregolim, Nilton Milanez, Carlo Piovesani.- São Carlos: Claraluz, 2005.

RIBEIRO, Gustavo. **Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: nova ideologia/utopia do Desenvolvimento**. Revista de Antropologia, São Paulo, n.34, p. 50-101, 1992.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 2.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SIGAUD, Lygia. **Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho**. In: ROSA, Pinguelli L., São Paulo: AIE/COPPE, Editora Marco Zero, CNPq, 1988, p. 83-166.

SILVA, V. G. **O Antropólogo e sua Magia: Trabalho de Campo e Texto Etnográfico nas Pesquisas Antropológicas sobre Religiões Afro-Brasileiras/ Vagner Gonçalves da Silva-1ª Ed. 1ª reimpr-** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

THOMPSON, Paul. **A voz do Passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VIANNA, L.P. **Considerações críticas sobre a construção da ideia de “população tradicional” no contexto das unidades de conservação**. 1996. Dissertação (Mestrado em antropologia)- FFLCH, USP, São Paulo.

WEST,Paige; IGOE, James; BROCKING, DAN. **Parks and peoples: the social impact of protected areas**. Annual Review of Anthropology, 35, p. 251-277, 2006.